CURRÍCULO DE ALTOS

VERSÃO FINAL

Um Marco para a Educação do nosso Município

Educação Infantil
Ensino Fundamental

Educação Física

CURRÍCULO DE ALTOS

Um Marco para a Educação do nosso Município

Silva, Carlos Alberto Pereira da
S586c

Currículo do Piauí: um marco para a educação do do nosso estado / Carlos Alberto Pereira da Silva et.al. - Teresina: SEDUC, 2019.
529p.

1. Currículos. 2. Educação. I. Título

CDD 375

José Wellington Barroso de Araújo Dias
GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

Ellen Gera de Brito Moura
SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI

Cleidimar Tavares Mendes Brito
PRESIDENTE DA UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - UNDIME-PI

Maria Pereira da Silva Xavier
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Patrícia Mara da Silva Leal Pinheiro
PREFEITA DE ALTOS

Nairene de Sousa Lima Barros
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALTOS

Márcia Beatriz Barros Caminha
ARTICULADORA DO REGIME DE COLABORAÇÃO – UNDIME

Fernanda Gleide Lima Martins
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALTO

Carlos Alberto Pereira Da Silva
COORDENADOR ESTADUAL – SEDUC/PI

Maria de Lourdes Costa De Morais Sousa
COORDENADORA ESTADUAL- UNDIME / PI

Paula Neto Oliveira
ANALISTA DE GESTÃO
COORDENADORA DE GESTÃO DE PROJETOS ESPECIAIS SUEB

Gildete Milu da Silva Sousa
ARTICULADORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Sebastião Gomes Ferreira
ARTICULADOR DO ENSINO MÉDIO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Nilda Alves de Carvalho
ARTICULADORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Emmanuel Cleydelon Tavares Brito
ARTICULADOR DO REGIME DE COLABORAÇÃO - UNDIME-PI

COORDENADORAS DE ETAPA

Eloane Coimbra Lima
EDUCAÇÃO INFANTIL- UNDIME/PI

Marília Daniela Aragão dos Anjos
ANOS FINAIS - SEDUC/PI

Mércia Araújo Silva
ANOS INICIAIS - UNDIME/PI

Gabriela Santos Oliveira Rodrigues
SUPERVISORA DE GESTÃO DE PROJETOS ESPECIAIS SUEB

REVISÃO E APRECIAÇÃO

Elenice Maria Nery - SEDUC/PI

Martha Santos Teixeira - SEDUC/PI

REDATORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Alcina Maria Medeiros Lago Sotero - SEDUC/PI
Edimilson Pereira de Araújo - UNDIME/PI
Francisco Soares Cavalcante Neto - UNDIMEPI

COLABORADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Gertrudes Ildec Pio Mendes
Jailton Rodrigues de Sousa
Maria José Andrade
Marilene de Oliveira Araújo
Rafaela Bezerra Lopes
Sandra Lima de Vasconcelos Ramos
Jennyane Vasconcelos Ramos de Moura Rufino
Maria Eloiza da Silva Monteiro

REDATORES DE LÍNGUA PORTUGUESA
Armandina Vieira De Araújo - UNDIME/PI
Cleidimar Tavares Mendes Brito - UNDIME/PI
Elenice Maria Nery - SEDUC/PI
Érica Graziela Benicio De Melo - UNDIME/PI
Josefina Ferreira Gomes Lima - SEDUC/PI

COLABORADORES DE LÍNGUA PORTUGUESA
Cerise Amorim Martins
Geusélia Gonçalves de Moura Cavalcante
Isolete Alves De Brito Pereira
Karla Celene de Sousa Ramos
Luizete Eva de Sousa Carvalho
Macos Paulo de Sousa Araújo
Neyla Siqueira dos Santos Alencar
Rosângela Maria de Sá

REDATORES DE ARTE
Adelma Santos de Almeida - UNDIME/PI
Diego dos Santos Cunha - SEDUC/PI
Hérica Regina Vieira Santos - SEDUC/PI

COLABORADORES DE ARTE
Danilo dos Santos Cunha
Sarah Jamile Pacheco Rocha

REDATORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA
Adrianna Oliveira Felisberto - SEDUC/PI
Carmem Gomes Ferreira - SEDUC/PI
Juliana Maria de Andrade Soares - UNDIME/PI

COLABORADORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA
Márcia Nayra Soares de Araújo Carvalho
Maria do Desterro Melo da Rocha Nogueira Barros
Sandra Maria Soares

REDATORES DE LÍNGUA INGLESA
Gabriela Santos Oliveira Rodrigues - SEDUC/PI
Luciano Barroso de Carvalho - SEDUC/PI

COLABORADORES DE LÍNGUA INGLESA
Francineide Maria da Silva Martins
Francisca Lucélia Santos
Josélia Batista Santos
Raimundo Nonato Sousa
Wildon de Moreira Farias

REDATORES DE MATEMÁTICA
Maria Sidinei Lins Magalhães Araújo - UNDIME//PI
Raimundo Araújo Costa Sobrinho - SEDUC/PI
Silmara Bezerra Paz Carvalho - SEDUC/PI

COLABORADORES DE MATEMÁTICA
Afonso Norberto da Silva
Alan Kardec Carvalho Sarmento
Alzira Alves da Silva Barros
Antônio Cardoso do Amaral
Joselane da Silveira Miranda Luz
Marcelli Gomes Cardoso
Marcelo da Silva Santos
Maria Aparecida de Aparecida de Moura Amorim
Rosângela Monteiro da Silva Ramos

REDATORES DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
Adriana de Sousa Lima - SEDUC/PI
Ciro Gonçalves e Sá - SEDUC/PI
Herculana de Oliveira Mascarenha - SEDUC/PI
Maura Célia Cunha e Silva - SEDUC/PI
Silas Figueredo da Silva - SEDUC/PI

COLABORADORES DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
Claucenira Bandeira da Silva
Gualberto de Abreu Soares
Izael Araújo Lima
Jeferson Nunes dos Santos
Vilma Ribeiro Santos Silva

REDADORES DE GEOGRAFIA
José Edson da Silva Barrinha - UNDIME/PI
Josefa Lustosa Lobato e Silva -
UNDIME/PI

COLABORADORES DE GEOGRAFIA
Celso Angelo Pereira Filho
Clayton Ferreira das Neves
Inacia de Sousa Ribeiro
Reinaldo Vieira de
Carvalho

REDATORES DE HISTÓRIA
Antônio De Sousa Silva - UNDIME/PI
Bernardo Borges Feitosa -
SEDUC/PI

COLABORES DE HISTÓRIA
Damião de Cosme de Carvalho Rocha -
SEDUC/PI Esdra Gomes dos Santos
Francisco Rodrigues dos Santos
Rogevalda Brito de Sousa
Santos Patrick Wilson Soares
Sales

REDATORES DE ENSINO RELIGIOSO
Edimilson Pereira de Araújo - UNDIME/PI
Marília Daniela Aragão dos Anjos - SEDUC/PI

DIAGRAMAÇÃO
Clayton Ferreira das Neves - SEDUC/PI

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALTOS – SEMED
EQUIPE MUNICIPAL DE ADEQUAÇÃO CURRICULAR
DIRETORA GERAL DA SEMED
Maria Fátima Paula dos Santos

COORDENADORA MUNICIPAL- SEMED
Regina Maria Bomfim Soares

PROFESSORES COLABORADORES
Dr. Juscelino Gomes Lima
Professor IFPI
Carlos Alberto Dias
Professor – Historiador - Coordenador
Municipal de Cultura
Ms. Raimundo Nonato

Denise Cavalcante Lemos
Ivanide Ferreira Gomes
Conceição de Maria Alves

ARTICULADORES MUNICIPAIS

Aurylenne Oliveira Soares
Supervisora de Língua Estrangeira

Digenane Iêly Alves Monturil de Morais
Formadora Ciclo de Alfabetização

Diego Cavalcante de Sousa
Supervisor anos finais zona urbana

Denise Gomes dos Santos
Formadora Ciclo de Alfabetização

Fernanda Gleide Lima Martins
Supervisora da Educação Especial

Géssica Ferreira Carvalho
Supervisora da Educação Infantil

Iraneide Monteiro da Silva
Supervisor anos finais zona urbana

Isaura Pereira de Araújo
Supervisor anos iniciais zona urbana

Jorgeana Ferreira Lima
Supervisor anos iniciais zona urbana

Livalbenes de Abreu Paiva
Supervisor anos iniciais zona rural

Maria das Dores Rosa
Supervisor anos finais zona rural

Maria da Glória Mendes da Silva
Supervisor de Educação Física

Karliane Martins da Silva
Supervisor anos finais zona rural

Marli de Lourdes Sousa Silva
Formadora Ciclo de Alfabetização

Maria Santana do Nascimento Carvalho
Supervisora da Educação Infantil

Maria de Jesus Souza Nunes
Supervisora da EJA

Rosângela Pereira de Sousa
Supervisor anos iniciais zona rural

Caros leitores,

É com muita satisfação que apresentamos à sociedade piauiense em geral, em especial aos educadores, a Versão 3 (três) do Currículo do Piauí para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Tal proposta foi elaborada após muito estudo e discussão com um corpo técnico especializado na construção de currículo, tendo sido observada a legislação educacional específica e, principalmente, experiências das práticas pedagógicas dos diferentes ambientes educacionais.

A partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017), o Estado do Piauí, seguindo as diretrizes do Guia de Implementação da BNCC, constituiu Comissões de Governança e Execução, responsáveis pela discussão, construção e implantação do novo currículo para a Educação Básica, particularmente, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. O trabalho tem sido realizado em regime de colaboração com as redes municipal, estadual e privada, as quais têm contribuído com o processo de discussão das novas bases educacionais propostas pela BNCC.

Considerando as dinâmicas do mundo globalizado, compreendidas, dentre outras, pelo avanço tecnológico e as novas exigências do mercado de trabalho - o que tem impactado as relações interpessoais, a percepção e o cuidado sobre si mesmo e o outro -, faz-se necessário que todo cidadão ou cidadã piauiense desenvolva Competências e Habilidades primordiais à vida cotidiana, ao exercício da cidadania e ao mundo do trabalho.

Nesse sentido, apresentamos esta versão que está estruturada por etapas da Educação Básica, por áreas do conhecimento e Componentes. Vale ressaltar que este Documento foi construído a partir da ampliação dos debates com os profissionais da educação e o respeito às identidades, culturas, políticas, e demais características econômicas e socioambientais do território piauiense.

Sob esta perspectiva, esperamos que este Currículo seja vivenciado por toda a Comunidade Escolar e que colabore efetivamente com o avanço sustentável da Educação do Piauí.

Atenciosamente,

José Wellington Barroso de Araújo Dias
GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

Ellen Gera de Brito Moura
SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ

Cleidimar Tavares Mendes Brito
PRESIDENTE DA UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO/PI

Professores altoenses,

Em dezembro de 2017, ocorreu a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), referente às etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, contendo o conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que todos (as) os (as) alunos (as) têm o direito de desenvolver ao longo dessas etapas da educação básica.

Por meio de um pacto colaborativo, Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE), estabelecido no início de 2018, as redes de ensino começaram o processo de implementação da BNCC, iniciando o percurso de (re)elaboração de sua proposta curricular.

O Município de Altos, Estado do Piauí, que, reconhecidamente, tem apresentado, nos últimos oito anos, um forte histórico de regime de colaboração e de avanços educacionais, frutos do esforço da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, pela garantia do direito de aprender de cada aluno (a) na idade certa, desenvolveu, em 2019, um grande processo participativo para a construção de um documento curricular que fosse referência para a escola no que concerne à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental.

Assim, é com grande satisfação que apresentamos o resultado desse processo de construção conjunta, envolvendo a participação de profissionais do municípios como gestores (as), professores (as), coordenadores (as); supervisores(as), estudiosos (as) e muitos (as) que têm na educação o processo por excelência para a formação integral de crianças e adolescentes. Além de consulta pública, da escuta direta de professores e professoras, o documento teve a leitura crítica de especialistas das diferentes etapas/componentes curriculares.

Portanto, deixamos nosso registro, sem queremos ser pretenciosos, sob a intitulação de Documento Curricular Referencial de Altos/Pi (DCRA/Pi). Este documento busca apontar caminhos para que o currículo das escolas municipais altoenses seja vivo e prazeroso, de modo a assegurar as aprendizagens essenciais e indispensáveis a todas as crianças e adolescentes, cumprindo de forma efetiva com o compromisso assumido pelo estado do Piauí que é o direito de aprender na idade certa. Com base no documento, a nossa rede de ensino com todas as instituições escolares públicas e privadas contarão com uma referência municipal para elaboração ou adequação de suas propostas pedagógicas. O DCRA/Pi constitui, portanto, a consolidação de uma ação articulada e integrada para fortalecer o protagonismo dos (as) docentes, de seus alunos e suas alunas em cada sala de aula da

nossa querida Altos/Pi, e a reafirmação do compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, mais equânime e igualitária e mais educada.

Atenciosamente,

Patrícia Mara da Silva Leal Pinheiro

PREFEITA DE ALTOS/PI

Nairene de Sousa Lima Barros

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Prezados Educadores,

O Currículo do Piauí que abrange a escolaridade dos estudantes da Educação Infantil e do Fundamental tem como objetivo assegurar o direito aos conhecimentos historicamente acumulados e, conseqüentemente, ao desenvolvimento integral do estudante piauiense, está dividido em duas partes, a parte Introdutória do Documento e a dos Componentes Curriculares.

O documento foi construído e pensado de maneira que todos possam se sentir representados (redes municipais e estadual) e, saibam qual foi e será a sua contribuição nessa caminhada desafiadora. Legitimado pelo processo de construção a várias mãos e pela Consulta Pública realizada, tanto pela Comissão ProBNCC/PI como pelo Conselho Estadual de Educação – CEE/PI, o Currículo do Piauí é um documento vivo e coerente, uma conquista na busca por equidade e qualidade na nossa educação. Foi aprovado pelo Parecer CEE/PI nº 105/2019 de 15 /08/2019 e Resolução CEE/PI nº 097/2019 de15/08/2019.

No Parecer do CEE/PI que aprovou o currículo, a Comissão responsável pelo parecer, considera que o Currículo do Piauí é referência para todas as escolas que fazem parte do Sistema de Ensino do Estado, bem como, considera que, o professor necessita de saberes e conhecimentos científicos, pedagógicos, educacionais, sensibilidade, ética, indagação teórica e criatividade para lidar com as situações presentes no ambiente escolar. O Regime de Colaboração foi à metodologia empregada na construção curricular. A participação dos profissionais da educação e representação da sociedade civil organizada foi importante e legitimou o documento, o qual representa o ideal de educação que o estado reconhece como direito dos estudantes piauienses. Contudo, o currículo precisa ser algo vivo, e não um documento estático. Para tanto, requer efetividade nos processos de desenvolvimento das experiências de aprendizagem, que garantam o exercício do dever dos trabalhadores da educação e os direitos dos estudantes. A flexibilidade é princípio fundamental, devendo contemplar a diversidade regional e cultural, promover a equidade e a igualdade de oportunidades, considerando as modalidades de ensino conforme dispõe a Resolução CNE/CEB nº 4 de 13 de julho de 2010.

De acordo com o Guia de Implementação do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular, o Regime de Colaboração entre estado e municípios, possibilitou a (re)elaboração curricular, resultando em um documento único, o qual abrangesse todo o Sistema Estadual de Educação como Currículo de Referência. O documento tem significância, pois o mesmo contempla tanto as redes que farão sua primeira elaboração curricular, quanto às redes que já possuem currículo e farão uma atualização alinhada à BNCC. Faz-se necessário ressaltar que os currículos construídos em regime de colaboração à luz da BNCC referem-se aos estados como território e não restritos às Secretarias Estaduais, ou seja, o Currículo será válido para as redes estadual e municipais que aderiram ao processo.

Dessa maneira, o Currículo do Piauí é produto do trabalho em regime de colaboração para o território piauiense. Esse documento foi construído a partir de estudos para o entendimento da proposta da BNCC, o histórico curricular local, as pluralidades e diversidades dos vários documentos existentes, incluindo os currículos dos municípios. Assim, o debate foi enriquecido e as contribuições foram qualificadas, inclusive com a participação de representantes da rede privada de educação do estado. Para tanto, foram definidas algumas diretrizes que apontaram qual concepção e o modelo de estrutura do

documento curricular queríamos construir. Definições como: princípios norteadores do currículo, processo de avaliação, metodologia, nível de detalhamento das habilidades, exemplos de propostas de trabalho interdisciplinar, estratégias para contemplar diversidades locais, temas integradores, formato e utilização de exemplos de atividades, orientações didáticas para cada componente curricular, entre outros foram avaliadas para esse processo.

Esse material orienta o Regime de Colaboração, adotado como política de estado pelo Piauí e considerado como um dos pilares fundamentais para construção do Currículo do Piauí, garantindo a isonomia na gestão do projeto de construção e na tomada de decisão, pois os órgãos institucionais do Estado envolvidos num modelo de governança participativo e dinâmico, envolvendo a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME, trabalharam harmonicamente estabelecendo diálogo, concretizando uma proposta curricular que garantisse a qualidade e equidade, na Educação do Estado do Piauí para os estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

A trajetória para a construção e elaboração do Currículo do Piauí para as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental se materializaram com o cumprimento das etapas do ciclo I e do ciclo II, do Guia de Implementação da BNCC. No período do ciclo I, redatores e professores, colaboradores do estado, representantes de todas as redes, em parceria com a equipe ProBNCC, construíram a versão preliminar do documento.

O Currículo do Piauí apresenta ações que devem ser implementadas no âmbito de cada instituição de ensino para que o desenvolvimento das competências e habilidades propostas para os estudantes do Piauí se efetive, considerando as distintas realidades. Nesta perspectiva destaca-se, como fundamental, entre outros aspectos: (1) a formação de professores como o maior desafio; (2) desconstrução da resistência existente entre os professores para desenvolverem suas práticas conectadas com a dinamicidade do mundo contemporâneo; (3) formação de professores e gestores para o uso das tecnologias modernas, enfatizando a cultura digital, ainda não dominada pela maioria dos professores; (4) adoção de um ensino com o foco no desenvolvimento de competências e habilidades proposto pela BNCC; (5) flexibilização curricular contemplando a diversidade regional e cultural, considerando as modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Escolar de Quilombolas, Educação para estudantes em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, Educação de Crianças em Situação de Itinerância, Educação Básica nas escolas do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Básica Especial e Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana). Registra-se, ainda, na dinâmica de desenvolvimento do currículo o requisito de explicitação na Proposta Pedagógica de cada escola e de como dar-se-á sua realização. É salutar lembrar que, assim como a construção dos currículos dos municípios foi coletiva, a Proposta Pedagógica e o Regimento Interno das escolas, deverão contar com a participação de todos os atores que fazem a comunidade escolar, para que os mesmos possam sentir-se partícipes do processo e naturalmente encontrar significado na sua missão de educar. Esperamos que este documento possa modificar as relações entre gestores educacionais, educadores e educandos, possibilitando o desenvolvimento integral de cada um dos participes da escola. Tenham todos uma boa leitura e que este documento seja conhecido por todos, para o fiel cumprimento do pactuado no regime de colaboração.

Coordenação da BNCC do Estado do Piauí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 012

2 CENÁRIO EDUCACIONAL PIAUIENSE: EDUCAÇÃO, CONTEXTOS E DIÁLOGOS 013
2.1 O Piauí na História: passado e presente. 011
1.1 Contexto educacional do território piauiense **016**
Cenário Educacional Altoense
1.1.1 **Altos na História: passado e presente**
1.1.2 **Contexto Educacional do Território Altoense**

3 PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES 021
3.1 Educação: conceito e abordagem 021
3.1.1 Educação Integral 024
3.1.2 Princípios da educação no território piauiense 026
3.2 Ensino e Aprendizagem 027
3.3 Avaliação 028
3.4 Currículo 030
3.4.1 Integração Curricular: temas integradores. 032

4 IMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES 038
4.1 Diagnóstico 042
4.2 Metodologia 042
4.3 Regime de Colaboração 043
4.4 Monitoramento e Avaliação 043

5 ESTRUTURA DO CURRÍCULO 044
- Educação Infantil 047
1 - Concepção de criança 049
2 - Marcos legais 051
3 - Desafios do ensino da educação infantil e a integralidade entre os campos de experiências 052
4 Objetivos da Educação Infantil a partir da BNCC 054
5 Organização da Educação Infantil no documento curricular 058
6 Transição da Educação Infantil ao longo da etapa 063

- Ensino Fundamental 103
- Língua Portuguesa 104
- Educação Física 216
- Arte 252
- Língua Inglesa 302
- Matemática 328
- Ciências 386
- Geografia 414
- História 455
- Ensino Religioso 488

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 506

7 APÊNDICE 514

INTRODUÇÃO

O Currículo do Piauí constitui-se documento elaborado a partir dos fundamentos educacionais consagrados na Constituição Federal do Brasil (CF/1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n 9394/96), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs/1998), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs/2013), Plano Nacional de Educação (Meta 07) (PNE/2014), no Plano de Estadual de Educação (PEE/2015), e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/ 2017), Resolução CEE/ PI Nº 111/2018.

Evidenciamos que este documento resulta da necessidade de implementação da BNCC e de responder positivamente às demandas sociais do mundo contemporâneo. Tais demandas são caracterizadas por uma educação mais atrativa, eficiente, e que, ao mesmo tempo, promova um sistema de educação pública inclusiva com qualidade, equidade e que oportunize formação e transformação social diversificadas, que garanta o direito a aprendizagem a todos os piauienses.

Ressaltamos que o processo de construção deste currículo foi instruído por meio da Resolução/MEC nº 2, de 22 de dezembro de 2017, e representou um diálogo permanente entre o Estado e os municípios[1] numa atitude constante de colaboração representada pela Secretaria de Estado da Educação do Piauí – SEDUC, União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME[2], para isto foram realizadas reuniões com os secretários e técnicos municipais de educação esclarecendo a necessidade da construção curricular e a metodologia a ser utilizada neste processo.

Além disso, foram realizadas Conferências Estaduais e Municipais de Educação, consultas públicas e encontros presenciais com professores de todas as redes de ensino para discussão do currículo, análise e sistematização das contribuições recebidas.

Salientamos que o Currículo do Piauí também servirá de base para a construção das propostas curriculares das diferentes modalidades de ensino

1 - Em momento pós-textual deste Documento, apresentamos a relação dos municípios que fizeram adesão ao regime de colaboração.

2 - Vide Portaria MEC nº 331, de 5 de abril de 2018. Essa pactuação assegurou que os municípios dedicassem tempo e esforço para participar do processo de construção conjunta do referido documento, sabendo da sua importância para nortear e implementar futuras políticas pedagógicas, mediante critérios objetivos previamente definidos e de conhecimento público.

(Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação do Campo)[3] e apoia-se na concepção de educação integral, que, ao considerar os sujeitos em sua integralidade, promovendo o seu desenvolvimento em todas as suas dimensões: intelectual, socioemocional, física e cultural. Nesse sentindo, o foco é o desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades, atitudes e valores), a serem trabalhadas pelas instituições escolares e apropriadas pelos estudantes ao longo de toda a Educação Básica.

Essa ação integral, articulada com as demandas de aprendizagens trazidas pela sociedade contemporânea, pressupõe que os estudantes possam questionar e adquirir progressivamente conhecimentos sobre si, sobre o outro e sobre o mundo, e participem das decisões coletivas da sua comunidade. Para tanto, são necessárias metodologias ativas, bem como a superação da fragmentação disciplinar por meio da integração entre os diversos componentes curriculares.

2 CENÁRIO EDUCACIONAL PIAUIENSE: EDUCAÇÃO, CONTEXTOS E DIÁLOGOS

Neste capitulo, evidenciam-se alguns aspectos do território piauiense que são essenciais para a compreensão do cenário em que o presente currículo está inserido.

2.1 O Piauí na História: passado e presente

Localizado a noroeste da região Nordeste, o Estado do Piauí dispõe de uma área de 251.611 km^2, o que representa 2,95% do território brasileiro, ocupando a 18ª posição no ranking populacional entre as 27 unidades da federação, onde vivem 3.118.360 piauienses de carne, osso e sonhos.

Embora os primeiros movimentos colonizadores realizados pelos portugueses remontem ao século XVII, quando bandeirantes e entradistas penetraram o território em busca de indígenas para mão de obra (atividade de preação), para, logo em seguida, instalar as primeiras fazendas de gado, a relação do homem com nosso território é bem mais remota, recuando há, pelo menos 50 mil anos, segundo atestam as pesquisas produzidas na serra da Capivara, levadas a efeito pela missão franco-

3 - Destacamos que, para atender as especificidades das referidas modalidades, estão sendo elaborados Cadernos Pedagógicos, com orientações metodológicas, em atendimento ao que preconizam suas Resoluções específicas.

brasileira, liderada pela arqueóloga Niede Guidon, desde 1972.

As escavações produzidas no Sitio Arqueológico Boqueirão da Pedra Furada revolucionaram não somente as pesquisas, mas também aspectos importantes da paisagem social e urbana das comunidades que formam a região. A economia local se fortaleceu bastante graças ao turismo arqueológico que, além de ser uma ótima fonte de renda, eleva a autoestima de nossa gente, fortalece o artesanato à base de cerâmica e, principalmente, auxilia na divulgação das pesquisas que "descortinam" o passado e lançam luzes sobre um futuro de esperança.

Prova desse novo cenário foi o aumento crescente de pesquisadores, visitantes, curiosos e aventureiros que lotam a rede hoteleira da região. Esses grupos são formados, principalmente, por estudantes da educação básica e também superior que todos os dias visitam o Parque nacional Serra da Capivara onde ficam instalados o Museu do Homem Americano e o da Natureza, em busca de novos saberes sobre nossas origens.

Durante o longo processo de exploração que se materializou na estruturação das primeiras fazendas, povoações, vilas e cidades, um cruento, complexo e nem sempre próspero caminho foi desbravado pelos piauienses. Nesta jornada, homens e mulheres sempre deram prova de seu valor, de sua vocação para a luta e de sua bravura quando lutavam contra a exploração e desmandos das elites locais.

Mais tarde, ainda no século XIX, em face da necessidade de apoiar o processo de emancipação política da colônia do jugo português, o Piauí mais uma vez, foi palco de resistência quando protagonizou, na vila de Campo Maior, uma das principais guerras desse longo e nada pacífico processo de ruptura, a Batalha do Jenipapo, às margens do riacho que leva o mesmo nome.

Esse processo de adesão e luta da província do Piauí levou a promoção da Vila de Oeiras (1758) à condição de primeira capital, situação que duraria até 1852, quando a capital seria transferida para Teresina, na Vila do Poti.

A adesão da província ao processo de Independência prenunciava novos tempos de mudança e desenvolvimento, uma vez que o aparelho burocrático do Estado - principal indutor de tais mudanças -, sempre ausente, agora deveria se fazer mais presente, reduzindo o poder dos proprietários rurais e fortalecendo as relações com o poder central, localizado no Rio de janeiro. Nesse novo cenário, o poder das

famílias apresentava sinais de fragilidade e desgaste e entravam em cena “novos canais de mobilidade social, pelo menos para os homens (LEWIN, 1993, p. 173) e a expansão das oportunidades, vem, nesse novo momento, por meio da educação, com as faculdades de Direito e de Medicina ofertando “qualificação formal por vocação e por carreiras profissionais” (idem), cujo papel era “libertar os filhos dos ricos da terra e afrouxarem consideravelmente os laços do controle patriarcal, presentes desde os começos (LEWIN,1993, p. 173).

Nessa perspectiva, a relação entre família e poder, que foi sempre uma variável muito presente no processo de formação social do Piauí, legitimando o prestígio e a ocupação dos mais importantes cargos, postos e funções no aparelho burocrático do Estado, sofre visíveis abalos. Mudanças significativas nesse cenário foram percebidas principalmente a partir da segunda metade do século XX, quando os primeiros sopros modernizadores começam a ser incorporados ao Estado.

Essa modernização, vista sob a ótica da dimensão política, deveria conferir ao aparelho estatal as condições necessárias para atender as demandas sociais de forma satisfatória e ao mesmo tempo dotar os indivíduos de condições políticas, a fim de que aumentasse de modo qualitativo e plural sua capacidade de participação na vida doEstado.

A década de 70, do século passado, reservou importantes avanços, ainda que de ordem desigual, no sentido de acelerar o desenvolvimento do estado brasileiro e de todas as suas regiões. Foi nesta década que se iniciou a difusão da ideia de desenvolvimento sustentável, de preservação das espécies e principalmente de que o “progresso a qualquer custo” deveria ser substituído por uma solução racional, eficiente e principalmente que não comprometesse as atuais e futuras gerações.

Importante decisão nessa lógica foi a inclusão do planejamento e da modernização econômica, ações que fortaleceriam as demais medidas já em curso. Assim, o governo estadual implantou, em 2007, um modelo sustentável e eficiente que objetiva dotar de racionalidade e agilidade o Estado e que representou um novo paradigma na governança colaborativa.

Trata-se de um modelo que preconizou uma nova conformação administrativa do espaço geográfico do estado, reorganizando-o em 28 aglomerados, **4** Macrorregiões e 11 Territórios de desenvolvimento.

Esse modelo de governança e gestão foi estruturado considerando as

características ambientais, vocações produtivas e dinamismo das regiões, além das relações socioeconômicas e culturais estabelecidas entre as cidades de cada território; regionalização político-administrativa e melhor malha viária existente. Tal modelo tinha como proposito reduzir as desigualdades e propiciar a melhoria da qualidade de vida da população piauiense, através da democratização dos programas e ações da regionalização do orçamento.

Em dez anos, segundo dados do IBGE, o Piauí progrediu muito nas diferentes áreas, mas foi na educação que se observou um movimento mais importante, alcançando e superando a meta proposta pelo estado para o IDEB tanto nos anos iniciais quanto nos finais do Ensino Fundamental. Em relação ao Ensino Médio, o Piauí deixou um desconfortável 24º para o 16º lugar no ranking global do Brasil. Em 2007, segundo este mesmo levantamento, o Piauí figurava na 7ª posição entre os estados da região Nordeste, saltando em 2017 para a 4ºposição. Ainda em relação a esse nível de escolaridade, a meta é avançar no número de matrículas, reduzir drasticamente a evasão e aumentar de forma progressiva e sustentável o número de escolas com resultados acima das metas estabelecidas pelo MEC, atingindo no menor tempo possível o topo dessa pirâmide, superando estados como o Ceará e Pernambuco, atualmente com os melhores índices.

Nessa perspectiva, os esforços estão orientados no sentido de fazer crescer nosso Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e, para tanto, o Piauí está desenvolvendo ações que aumentem o acesso, a permanência e o aprendizado de quem precisa e deve estudar. Assim, a meta é a construção de um Currículo que respeite a diversidade e assegure o direito às diferenças dos alunos, em suas distintas realidades e em consonância com as orientações da BNCC, homologada em 2017.

Com essa combinação de ações, espera-se alcançar a tão sonhada educação de qualidade, garantindo também uma formação voltada para o mundo do trabalho e para os direitos humanos, aumentando as vagas na Educação de Jovens e Adultos, flexibilizando o currículo, diversificando o ensino, para também atender aos povos indígenas, quilombolas, ciganos e às pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, a fim de garantir a todos o direito de aprender.

2.2 Contexto educacional do território piauiense

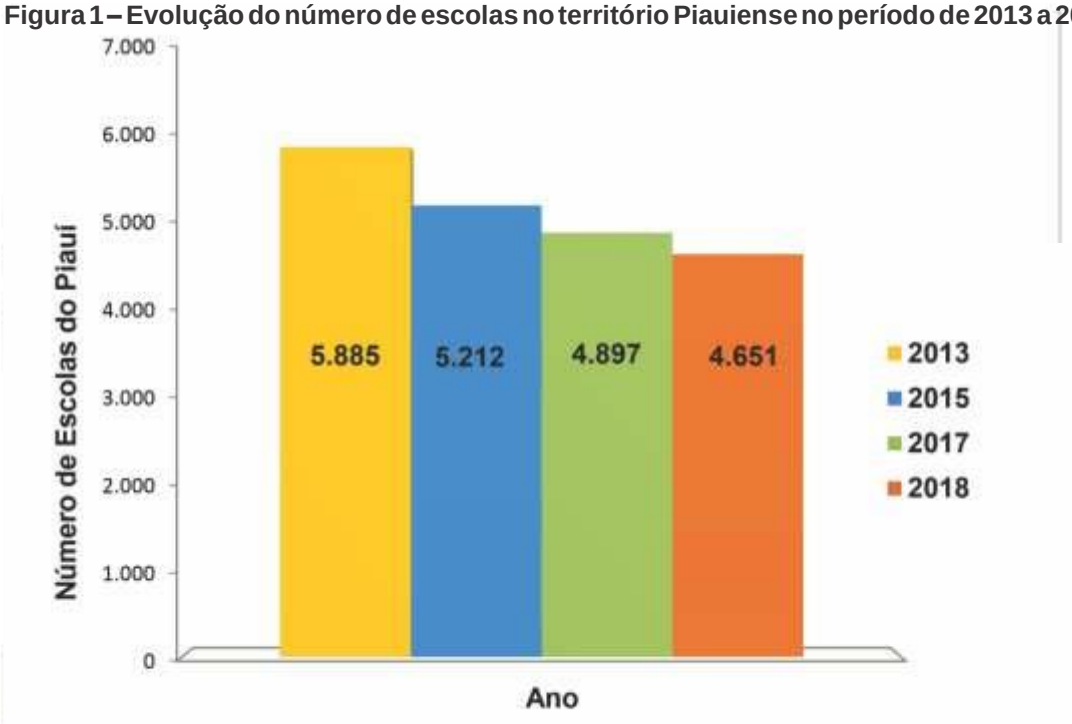
De acordo com o Censo Escolar (2018), o Brasil possui, atualmente, 181.939 escolas de Educação Básica. Deste total, 4.651 estão no Piauí,

correspondendo a rede pública e privada e distribuídas em áreas urbanas e rurais, sendo a maioria (51,34%) localizada na zona urbana (CENSO ESCOLAR/ INEP, 2018).

Os estudantes atendidos por essas escolas são 64,3% do gênero masculino e 35,7% do gênero feminino, destes 9,2% se declaram brancos, 3,8% pretos, 59,2% pardos, 0,7% amarelos e 0,3% indígena, os 27% restantes não declararam pertencer a nenhuma etnia. Os que residem na zona rural estão distribuídos em áreas de assentamento (1,4%), áreas remanescentes de quilombos (0,7%), unidades de uso sustentável (0,1%) e unidades de uso sustentável área remanescente de quilombos (CENSO ESCOLAR/ INEP, 2018).

Na Figura 1, consta o número de escolas no Piauí, considerando a rede Pública e Privada e das áreas urbanas e rurais, nos anos de 2013, 2015, 2017 e 2018.

Figura 1 – Evolução do número de escolas no território Piauiense no período de 2013 a 2018



Fonte: Censo Escolar/INEP

Analisando a Figura 1, é possível observar que o número de escolas vem decrescendo no Estado. Comportamento semelhante é observado quando se analisa o acesso de crianças em pré-escolas e em escolas de Ensino Fundamental no mesmo período (Tabela1).

TABELA 1. Número de alunos matriculados em creches, pré-escolas e Ensino Fundamental no Piauí

ETAPA	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS			
	2013	2015	2017	2018
Creches	36.220	38.971	47.055	51.263
Pré-escolas	100.562	95.377	92.420	92.099
Ensino Fundamental - Anos Iniciais	296.493	287.475	278.238	272.639
Ensino Fundamental - Anos Finais	236.550	219.251	210.067	207.487

Fonte: Censo Escolar/INEP

Para a Educação Infantil, observa-se um aumento do número de matrículas de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos e um decréscimo de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos. Vale ressaltar que, desde 2013, a Educação Infantil passa ser obrigatória a partir dos 4 anos de idade (Lei 12.796/2013). Entretanto, os dados para o Piauí diferem do cenário nacional, uma vez que se observou um aumento na taxa de matrículas na fase da pré-escola. De acordo com a Meta 01 do PNE, é necessário que o mínimo de 50,0% das crianças de 0 a 3 anos frequente creche até o final da vigência do Plano.

Para o Ensino Fundamental (Tabela 01), os resultados contrastam com a primeira etapa da Meta 2 do Plano Nacional de Educação – PNE, lei nº 13/005-2014, que garante a universalização do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos. Ressalta-se ainda que as desigualdades de raça/cor, renda e regionais também são fatores que dificultam a universalização do Ensino Fundamental no país (PNAD, 2018).

É válido ressaltar que tão importante quanto garantir o acesso de crianças, adolescentes e jovens nas escolas é assegurar sua permanência com êxito, haja vista que, ao final do ano letivo, o aluno matriculado pode ser reprovado, aprovado e ainda no percurso pode evadir da escola. E é o somatório dessas três situações que define a taxa de rendimento escolar, conforme demonstram as Tabela 2 e 3, referentes aos anos de 2013, 2015 e 2017 para o estado do Piauí.

TABELA 2. Taxa de rendimento das escolas do Piauí

ETAPA	2013			2015			2017		
	RE	AB	AP	RE	AB	AP	RE	AB	AP
EF – AI	8,3%	1,1%	90,6%	10,1%	1,4%	88,5%	9,8%	1,8%	88,4%
EF – AF	1,1%	3,3%	85,8%	12,5%	4,0%	83,5%	14,7%	4,2%	81,1%

EF-AI – Ensino Fundamental anos Iniciais. EF-AI – Ensino Fundamental anos Finais. RE – Reprovação. AP – Aprovação. AB – Abandono. RE – Reprovação
Fonte: Censo Escolar/INEP

TABELA 3. Distorção idade-Série nas escolas do Piauí

ANO	EF – ANOS INICIAIS	EF- ANOS FINAIS
2010	31%	40%
2011	29%	40%
2012	27%	39%
2013	26%	39%
2014	24%	38%
2015	22%	37%
2016	21%	36%
2017	20%	35%
2018	18%	33%

EF – Ensino Fundamental.
Fonte: Censo Escolar/INEP.

Os dados da Tabela 3 contrastam com a Meta 2 do Plano Nacional de Educação – PNE, lei nº 13/005-2014, que garante a universalização do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e assegura que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE. Percebe-se também, que mesmo não alcançando a meta, houve uma diminuição desta distorção no períodoanalisado.

Ainda no tocante à educação, pode-se lançar mão de variáveis mais específicas, tais como: o SAEB e o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Sendo estes relevantes para avaliar a qualidade de ensino das escolas do País, e utilizados como parâmetros norteadores de suas ações pedagógicas.

Considerando os resultados da Prova Brasil no ano de 2017 no Piauí, somente 42% dos alunos (18.128 alunos) da Rede Pública de ensino desenvolveram adequadamente a competência de leitura e interpretação de textos até o 5º ano, e 26%

até o 9º ano. Com relação ao ensino de Matemática, os dados são ainda mais preocupantes, somente 30% dos estudantes conseguem aprender adequadamente a competência resolução de problemas até o 5º ano e 12% até o 9º ano.

Quanto ao IDEB, a Tabela 4 mostra a evolução do referido índice no período de 2007 a 2017 do Piauí, a meta para o Estado do Piauí no período e a comparação com o IDEB nacional.

TABELA 4. Evolução do IDEB de 2007 a 2017 no Piauí e o Brasil para o Ensino Fundamental

ANO	EF – ANOS INICIAIS			EF – ANOS FINAIS		
	PI	BR	META (PI)	PI	BR	META(PI)
2007	3,3	4,0	2,7	3,2	3,5	2,8
2009	3,8	4,4	3,0	3,5	3,7	2,9
2011	4,1	4,7	3,4	3,6	3,9	3,2
2013	4,1	4,9	3,7	3,6	4,0	3,6
2015	4,6	5,3	4,0	3,9	4,2	4,0
2017	5,0	5,5	4,3	4,2	4,4	4,2

EF – Ensino Fundamental.
Fonte: Censo Escolar/INEP

No período analisado (2007-2017), o Piauí alcançou índices abaixo da média Nacional, entretanto, superou a meta para o estado em todo o período nos anos inicias e o mesmo vem acontecendo nos anos finais desde 2013, porém, ainda não alcançou 6,0.

O IDEB, assim como outros indicadores educacionais, mantém uma correlação direta com o Indicador de Nível Socioeconômico das escolas de Educação Básica (InSE) – uma vez que, quanto maior o InSE, maior o IDEB (PNAD contínua 2018). Portanto, o que é feito na escola e avaliado, quer internamente ou externamente reflete diretamente na qualidade de vida e no desenvolvimento econômico e social de uma população.

Importante destacar também que, de acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2018), o Estado do Piauí possui atualmente Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) médio igual a 0,646 pontos, superando apenas os Estados do Maranhão e Alagoas. Em relação ao IDH, este é

calculado considerando indicadores de renda, saúde e educação.

Assim sendo, acredita-se que uma educação de qualidade, que tem como base o desenvolvimento de competências e habilidades e que promova aprendizagem significativa, contribui para a emancipação e melhoria na qualidade de vida dos cidadãos piauienses.

Além de considerar as características do sistema educacional piauiense, deve-se pensar em um currículo para este território, levando em conta que o estudante do século XXI tem características próprias, fazendo uso de recursos tecnológicos modernos para acessar, divulgar e produzir informações a todo momento.

2.3 CURRÍCULO DE ALTOS

Com o objetivo de implementar a Base Nacional Curricular Comum - BNCC no currículo municipal e de atualizar os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas da Rede Municipal de Ensino de Altos, evidencia-se que o documento também resulta de responder às demandas da sociedade e do mundo atual e das lutas sociais pelas quais a sociedade tem conquistado. As demandas sociais a custa de muitas lutas, às vezes, resultam em conquistas especialmente dos menos favorecidos e excluídos historicamente e devem estar presentes na educação promovendo “um sistema de educação pública inclusiva com qualidade, equidade e que oportunize formação e transformação social diversificadas e que garanta o direito a aprendizagem a todos os piauienses” (PIAUI, 2019).

O Currículo de Altos se reveste de especial importância no tocante às Ciências Humanas nos componentes curriculares de História e Geografia ao inserir nas habilidades e objetos de conhecimento o estudo do municipio de Altos em todos os anos do Ensino Fundamental, articulados com os objetos de conhecimentos previstos no Currículo do Piauí. Como isso espera-se o desenvolvimento de habilidades e que aprimorem a capacidade dos estudantes altoenses de pensarem diferentes culturas e sociedades, em seus tempos históricos, territórios e paisagens e também que os levem a refletir sobre sua inserção singular e responsável na história da sua família, comunidade, nação e mundo. O estudo do municipio favorece a compreensão de que,

> O raciocínio espaço-temporal baseia-se na ideia de que o ser humano produz o espaço em que vive, apropriando-se dele em determinada circunstância histórica. A capacidade de identificação dessa circunstância impõe-se como condição para que o ser humano compreenda, interprete e avalie os significados das ações realizadas no passado ou no presente, o que o torna responsável tanto pelo saber produzido quanto pelo controle dos fenômenos naturais e históricos dos quais é agente. BNCC, P. 353.

O Currículo de Altos foi construído a muitas mãos. É um documento democrático e a participação de todos resultou no

> processo de construção instruído por meio da Resolução/MEC nº 2, de 22 de dezembro de 2017, e representou um diálogo permanente entre o Estado e os municípios numa atitude constante de colaboração representada pela Secretaria de Estado da Educação do Piauí – SEDUC, União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, para isto foram realizadas reuniões com os secretários e técnicos municipais de educação esclarecendo a necessidade da construção curricular e a metodologia a ser utilizada neste processo.(PIAUÍ, 2019).

Conforme ressalta o Currículo do Piauí foram realizadas Conferências Estaduais e Municipais de Educação, consultas públicas e encontros presenciais com professores de todas as redes de ensino para discussão do currículo, análise e sistematização das contribuições recebidas. Salientamos que o Currículo de Altos também servirá de base para a construção das propostas curriculares das diferentes modalidades de ensino(Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação do Campo) e apoia-se na concepção de educação integral, ao considerar os sujeitos em sua integralidade, promovendo o seu desenvolvimento em todas as suas dimensões: intelectual, socioemocional, física e cultural.

Nesse sentindo, o foco é o desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades, atitudes e valores), a serem trabalhadas pelas instituições escolares e apropriadas pelos estudantes ao longo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Essa ação integral, articulada com as demandas de aprendizagens trazidas pela sociedade contemporânea, pressupõe que os estudantes possam questionar e adquirir progressivamente conhecimentos sobre si, sobre o outro e sobre o mundo e participem das decisões coletivas da sua comunidade. Para tanto, são necessárias metodologias ativas, bem como a superação da fragmentação disciplinar por meio da integração entre os diversos componentes curriculares.

1. CENÁRIO EDUCACIONAL ALTOENSE: EDUCAÇÃO, CONTEXTOS E DIÁLOGOS

Neste capítulo, evidenciam-se alguns aspectos do município de Altos que são essenciais para a compreensão do cenário em que o presente currículo está inserido.

1.1 Altos na História: passado e presente

O início do povoamento das terras abrangidas pelo atual município de Altos data de 1800, quando João de Paiva Oliveira, vindo do Ceará, se *"arranchou"* no local cercado de pequenos morros chamado de São José dos Altos. A palavra altos no nome refere-se ao relevo do local cheios de morros. Os descendentes de João de Paiva, ocuparam os lugares denominados Alto-Franco, Alto da Casa Nova e Alto de João de Paiva, posteriormente,

chamados Altos de João de Paiva.

Em 1891, o Capitão Francisco Raulino se estabeleceu com a primeira loja de tecidos nacionais e estrangeiros e outras mercadorias, iniciando também, o comercio de exportação. Nessa época, o Povoado contava com 9 casas cobertas de palha e em 1901, foi iniciada a construção da primeira Igreja de São José. Elevado à categoria de municipio com a denominação de Altos, pela lei estadual nº 1401, de 18-07-1922, a cidade foi instalada em 12 de outubro de 1922.

Atualmente o município possui uma área total de 957,654 km² (3 municipios foram desmembrados de sua área inicial: Beneditinhos, Coivaras e Pau D'arco) e sua população foi estimada em 40.524 habitantes (2019), cerca de 70,55% das pessoas estão na zona urbana conforme dados do IBGE de 2019. Sua densidade demografica é de 40,54 hab/km² [2010]. Os limites do municipio são ao norte, José de Freitas, a nordeste Campo Maior, a leste Coivaras, a sudeste Alto Longá, a sul Pau D'Arco do Piauí e a oeste Teresina. A sede municipal tem as coordenadas geográficas de 05 o 02'17" de latitude sul e 42 o 27'36" de longitude oeste e dista 37 km da capital Teresina.

Do início do seu povoamento até agora, o munícipio passa por períodos de desenvolvimento sempre atrelados a seus governantes, sem desevolvimento industrial ou comercial próprios, movimentam os recursos municipais, estaduais e federais destinados à gestão municipal.

O municipio de Altos faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina – RIDE e da Região Geográfica Imediata de Teresina juntamente com outros 14 municípios mais a capital do estado, Teresina. A RIDE é uma região integrada de desenvolvimento econômico, criada pela lei complementar nº 112, de 19 de setembro de 2001, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.367, de 9 de setembro de 2002.

A atuação da RIDE abrange as principais áreas de desenvolvimento das cidades, incluindo infraestrutura, geração de emprego e capacitação profissional, saneamento básico (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e serviço de limpeza pública), uso e ocupação do solo.

2.2 Educação e Desenvolvimento Social

2.2.1. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH**)** é uma unidade de medida utilizada para aferir o grau de desenvolvimento de uma determinada sociedade nos quesitos de educação,

saúde e renda. Esse índice norteará a análise dos dados do municipio e apontará caminhos para as questões educacionais promovidas pela Rede Municipal de Educação de Altos, sob a gestão da Secretaria Municipal de Educação.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Altos é 0,614 (2010), o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,767, seguida de Renda, com índice de 0,590, e de Educação, com índice de 0,512, conforme tabela abaixo:

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - Altos - PI

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,119	0,233	0,512
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	12,19	17,98	37,53
% de 5 a 6 anos na escola	28,85	65,34	91,70
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	10,66	20,86	80,77
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	2,84	15,07	42,10
% de 18 a 20 anos com médio completo	4,70	4,62	24,86
IDHM Longevidade	0,611	0,672	0,767
Esperança de vida ao nascer	61,64	65,30	71,03
IDHM Renda	0,434	0,487	0,590
Renda per capita	119,00	165,75	314,48

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Evolução do IDMH

Entre 2000 e 2010

O IDHM passou de **0,424 em 2000 para 0,614 em 2010** - uma taxa de crescimento de 44,81%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 67,01% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,279), seguida por Renda e por Longevidade.

2.2.2. Educação

No município a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos, na composição do IDH, no período de 1991 a 2010, foi Educação (com crescimento de 0,393), observa-se que a dimensão educação, especialmente o trabalho desenvolvido pela SEMED, tem participação significativa no crescimento do IDHM, revelando a necessidade de elevação da qualidade dos serviços educacionais para a consequente elevação da qualidade de vida dos altoenses. Os dados a seguir mostram a análise de crescimento da Educação para o período de 1991 a 2010.

a) Crianças e Jovens

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 91,70%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 80,77%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 42,10%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 24,86%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 62,85 pontos percentuais, 70,11 pontos percentuais, 39,26 pontos percentuais e 20,16 pontos percentuais.

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 4,80% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 1,41% e, em 1991, 0,38%.

Expectativa de Anos de Estudo

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 6,07 anos para 9,35 anos, no município, enquanto na UF passou de 6,68 anos para 9,23 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 5,96 anos, no município, e de 5,89 anos, na UF.

Em 2010, 72,73% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 49,08% e, em 1991, 56,52%.

b) População Adulta

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 17,98% para 37,53%, no

município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 12,19% ,no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 33,50% eram analfabetos, 31,02% tinham o ensino fundamental completo, 20,32% possuíam o ensino médio completo e 4,47%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

2.2.3 Rede Municipal de Educação de Altos

O Sistema Municipal de Ensino de Altos foi criado a partir da instituição do Conselho Municipal de Educação da cidade de Altos sob Resolução Nº 090/2009 do Conselho Estadual de Educação do Piauí. O Conselho Municipal de Educação de Altos tem jurisdição para legislar e fiscalizar a Rede Municipal de Ensino e as escolas de Educação Infantil da rede privada do município de Altos.

A Rede Municipal de Ensino é composta pelas Escolas Municipais da Educação Básica. A Rede Municipal abrange 53 escolas e 3 anexos,428 professores e 6.865 alunos (CENSO 2019). A Rede tem alcançado bons resultados nas provas de larga escala do INEP, conforme mostram os resultados do Índice de Desenvolvimento de Educação Básica – IDEB.

Indice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB 2013 – 2017

Índice de Desenvolvimento de Educação Básica – IDEB.

Indice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB 2013 – 2020

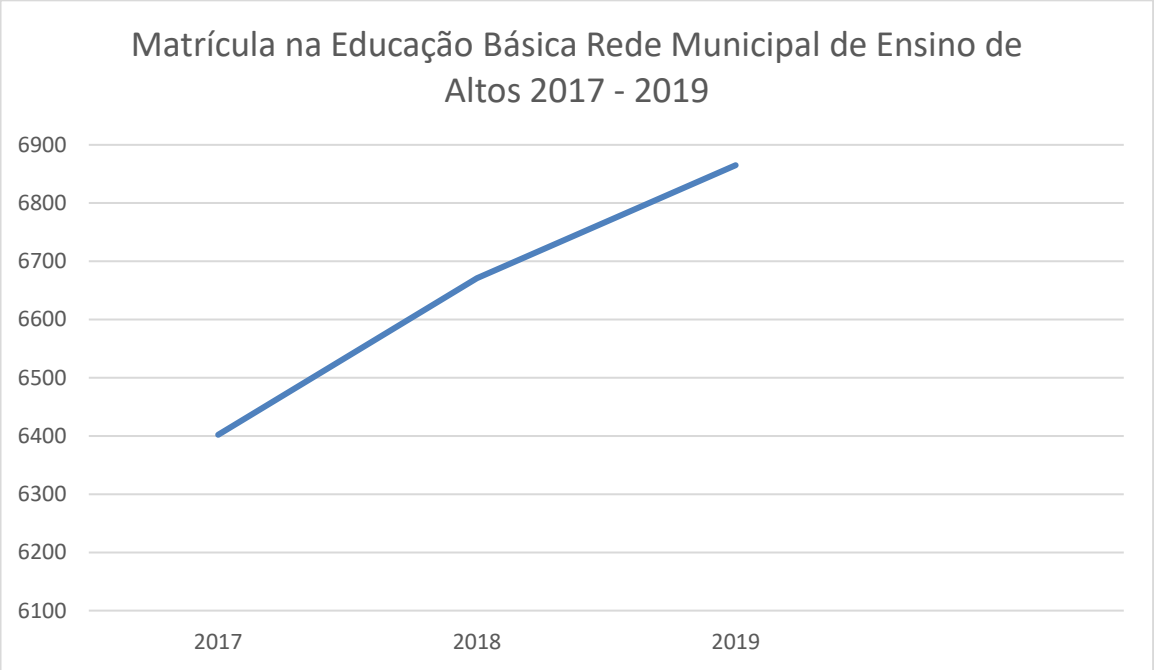
Ano	**5º ano**	Meta Projetada	**9º ano**	Meta projetada	Média municipal	Projetada
2013	**4,2**	3,7	**3,6**	4,0	4,2	3,7
2015	**4,6**	4,0	**4,2**	4,4	4,6	4,0
2017	**5,3**	4,3	**4,6**	4,6	5,3	4,3
2019		4,6		4,9		4,6
2021		5,0		5,1		4,0

Fonte INEP

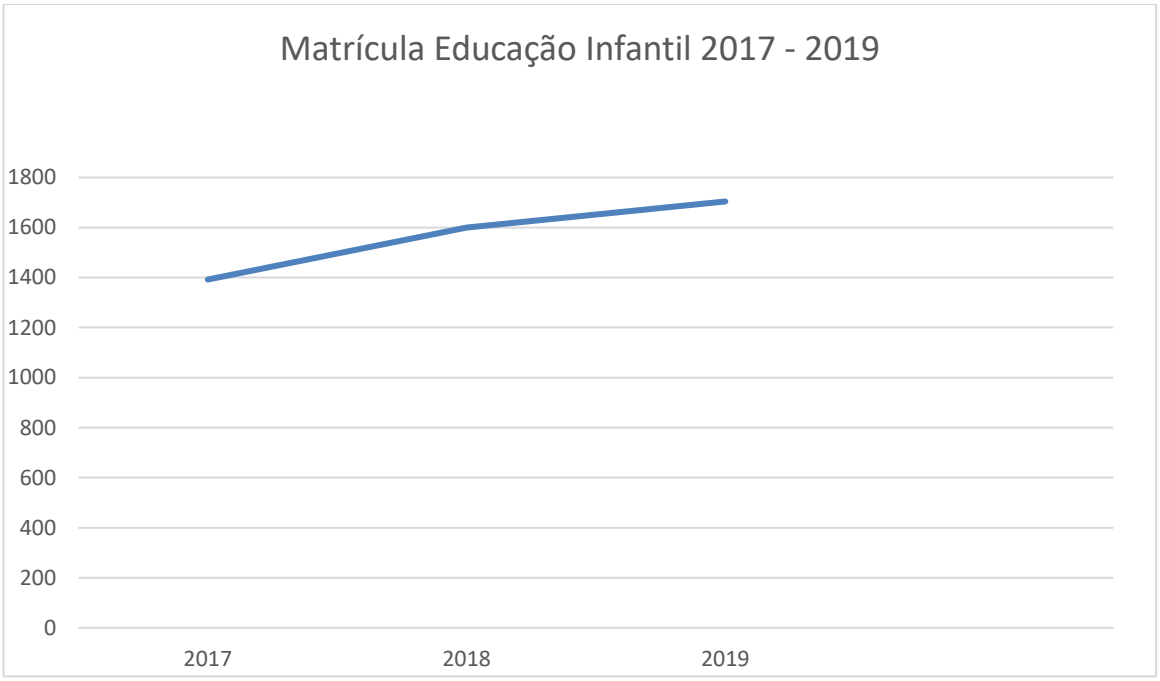
A série histórica de 5 anos demonstra a evolução do crescimento qualitativo nos componentes curriculares de Português e matemática avaliados na Prova Brasil nos 5º e 9º

anos, ultrapassando em 2017, a projeção para 2021 e consolidando o processo de crescimento da qualidade em 2019.

Esses resultados apontam caminhos para mais investimentos e mais compromissos de melhorias na estrutura física e pedagógica das escolas. Muito ainda precisa ser feito como demonstram outros indicadores, mas a certeza de que estamos avançando a largo passo, apontam que estamos no caminho certo. Para compreensão destes índices e possibilitar o entendimento do crescimento e da importância da Educação para cada família altoense, os dados abaixo apontam para um crescimento do número de matriculas na Educação Básica atendidas pela Rede Municipal de Ensino de Altos.



Esses dados revelam o panorama atual da educação básica no municipio o que possibilita traçar algumas tendências da área. Ao avaliar a distribuição das matrículas, por ano, percebe-se nitidamente um crescimento geral do número de matrículas de 6,7%, entre 2017 e 2019. Esse crescimento foi decorrente principalmente do aumento de matriculas da Educação Infantil (gráfico).



Rede Municipal de Educação de Altos – Pi Matrícula 2017

Educação Infantil	
Creche	360
Pré-escola	1.032
Total	1.392
Ensino Fundamental	
Anos iniciais	3.294
Anos finais	1.460
Total	4.754
Educação de Jovens e Adultos	256

Total	**6.402**

Fonte censo INEP

Rede Municipal de Educação de Altos – Pi Matrícula 2018

Educação Infantil	
Creche	552
Pré-escola	1.048
Total	1.600
Ensino Fundamental	
anos iniciais	3.271
anos finais	1.535
Total	4.806
Educação de Jovens e Adultos	265
Total	**6.671**

Fonte censo INEP

Rede Municipal de Educação de Altos – Pi Matrícula 2019

Educação Infantil	
Creche	597
Pré-escola	1.107
Total	1.704
Ensino Fundamental	
anos iniciais	3.136
anos finais	1.813
Total	4.949
Educação de Jovens e Adultos	212
Total	**6.865**

Fonte censo INEP

Rede Municipal de Educação de Altos – Pi Taxa de Rendimento Escolar – 2018

Etapa Escolar	Reprovações	Abandono	Aprovações
Ensino Fundamental Anos Iniciais	7,0%	1,0%	92,1%
	228 reprovações	32 abandonos	3.012 aprovações
Ensino Fundamental Anos Finais	8,2%	1,4%	90,3%
	127 reprovações	23 abandonos	1.387 aprovações

Fonte Inep

Rede Municipal de Educação de Altos – Pi Taxa de Rendimento Escolar – 2018

Outro aspecto importanrte a ressaltar é a evolução do atendimento à Educação Especial. Os alunos são incluídos nas classes de acordo com a idade cronológica e recebem um acompanhamento, quando necessário, de profissionais de apoio. A Semed instituiu uma supervisão exclusiva de Educação Especail com o objetivo de promover a inclusão de seus estudantes com deficiencia nas classes regulares, possibilitando o acompanamento pedagogico de estudantes e professores como também a formação continuada de docentes e profissionais de apoio. O planejamento é realizado a partir do atendimento individual de cada estudantes. Conforme tabela abaixo, as matrículas na Educação Especial cresceram 10,44% de 2017 a 2019.

Matrícula Educação Especial 2017	
Educação Infantil	11
Ensino Fundamental	155
Educação de Jovens e Adultos	14
Total	180

Matrícula Educação Especial 2018	
Educação Infantil	20
Ensino Fundamental	176

Educação de Jovens e Adultos	15
Total	211

Matrícula Educação Especial 2019	
Educação Infantil	29
Ensino Fundamental	187
Educação de Jovens e Adultos	06
Total	222

Fonte INEP

Para a Educação Infantil, observa-se um aumento do número de matrículas de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos e um decréscimo de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos. Vale ressaltar que, desde 2013, a Educação Infantil passa ser obrigatória a partir dos 4 anos de idade (Lei 12.796/2013). Entretanto, os dados para o Piauí diferem do cenário nacional, uma vez que se observou um aumento na taxa de matrículas na fase da pré-escola. De acordo com a Meta 01 do PNE, é necessário que o mínimo de 50,0% das crianças de 0 a 3 anos frequente creche até o final da vigência do Plano.

Para o Ensino Fundamental (Tabela 01), os resultados contrastam com a primeira etapa da Meta 2 do Plano Nacional de Educação – PNE, lei nº 13/005-2014, que garante a universalização do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos. Ressalta-se ainda que as desigualdades de raça/cor, renda e regionais também são fatores que dificultam a universalização do Ensino Fundamental no país (PNAD, 2018).

É válido ressaltar que tão importante quanto garantir o acesso de crianças, adolescentes e jovens nas escolas é assegurar sua permanência com êxito, haja vista que, ao final do ano letivo, o aluno matriculado pode ser reprovado, aprovado e ainda no percurso pode evadir da escola.

3 PRINCÍPIOS ECONCEPÇÕES

Este Currículo está baseado em concepções pedagógicas que primam por

uma educação de qualidade em que ensino e aprendizagem, por serem indissociáveis, têm estreita relação com o desenvolvimento pleno do estudante, conforme se discorre nos itens a seguir.

3.1 Educação: Conceito e abordagem

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional[4] (LDB, Lei nº 9.394/1996) concebe a educação como um processo formativo que ocorre em diferentes âmbitos de vivência dos sujeitos (familiar, escolar, laboral, social e cultural). Essa concepção aponta para o entendimento da educação não como sinônimo de escolarização, mas de aprendizagens diversificadas e contínuas, que permeiam toda a vida dos indivíduos e dão respostas às suas diferentes questões. A mesma lei, inspirada pela Constituição Federal de 1988 (Art. 205), explicita que, especificamente, nas escolas, a educação tem como objetivo "o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1996).

Em vigência, e orientadora do Currículo do Piauí, essa concepção ampliada de educação e com foco no desenvolvimento pleno do estudante, pressupõe aprendizagens essenciais a serem mobilizadas e aplicadas nas diferentes esferas da vida. Isso porque estamos imersos em um mundo, descrito por Delors et al. (1997), complexo e constantemente agitado, ao qual cabe à educação fornecer, de algum

4. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 mai. 2019.

modo, os mapas e a bússola que permita aos estudantes navegar através dele. Essa abordagem se alinha com a perspectiva do desenvolvimento de competências, indicada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017), que deve nortear as decisões pedagógicas nacionais no contexto do início do século XXI.

Ressalta-se que a BNCC define competência como “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2017, p. 14). Esse documento define dez competências gerais para a Educação Básica, que constituem os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes desse nível educacional (vide quadro a seguir):

COMPETÊNCIAS GERAIS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR
1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural para entender e explicar a realidade (fatos, informações, fenômenos e processos linguísticos, culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais), colaborando para a construção de uma sociedade solidária.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e inventar soluções com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Desenvolver o senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também para participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar conhecimentos das linguagens verbal (oral e escrita) e/ou verbo-visual (como Libras), corporal, multimodal, artística, matemática, científica, tecnológica e digital para expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e, com eles, produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

COMPETÊNCIAS GERAIS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR
5. Utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas do cotidiano (incluindo as escolares) ao se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao seu projeto de vida pessoal, profissional e social, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas e com a pressão do grupo.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base nos conhecimentos construídos na escola, segundo princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis esolidários.

Fonte: Brasil (2017, p. 9-10)

Esse conjunto de competências contemplam aspectos congnitivos, sociais e afetivos das aprendizagens necessárias aos estudantes contemporâneos, envoltos e participantes de um mundo dinâmico e plural. Mundo este que solicita a formação de cidadãos engajados e conscientes, capazes de reponder às diferentes questões pessoais e sociais de forma responsável e construtiva, protagonizando, dessa forma, o próprio desenvolvimento multidirecional e colaborando com o desenvolvimento do mundo.

Nesse sentido, ao estipular essas dez competências, a BNCC assume que a educação se trata, sobretudo, de um instumento de transformação social, que deve contribuir com a evolução humana. Essa postura consolida o entendimento ampliado de educação supramencionado, propondo a desfragmentação do ensino e superando o reducionismo usual que prioriza o aspecto cognitivo da aprendizagem, em detrimento de suas demais dimensões (emocionais, orgânicas, psicossociais e culturais) e que são equitativamente indispensáveis para o desenvolvimento humano global. Sob essa perspectiva, o Currículo do Piauí alinha-se ao entendimento da BNCC (BRASIL, 2017) no sentido de conceber o indivíduo em sua completude e, portanto, adota a abordagem integral como base dos processos educativos.

3.1.1 Educação Integral

Educação integral refere-se a uma concepção contemporânea de educação caracterizada, sobretudo, pela busca do desenvolvimento, de forma equilibrada, de todas as potencialidades do estudante. Na BNCC (BRASIL, 2017, p. 14), o conceito de educação integral consiste em: “construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea”, ou seja, trata-se de uma formação para a vida toda e como um todo, em um mundo de mudanças.

Nesse sentido, o processo de educação integral pressupõe um olhar completo sobre o educando e, portanto, considera que, para além da aprendizagem do conhecimento, faz-se necessária sua mobilização, aplicação, compartilhamento e participação, ou seja, sua efetiva vivência. Assim, outras dimensões da aprendizagem – culturais, sociais, afetiva, emocionais, etc. - outrora esquecidas ou tidas como consequência do desenvolvimento cognitivo, tornam-se objeto de atenção do ensino.

Essa perspectiva educacional está associada aos quatros pilares da

educação definidos pela UNESCO, por meio de sua Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, como elementos indispensáveis para que a educação possa efetivamente cumprir com suas missões fundamentais na contemporaneidade. Estes pilares são: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver Juntos (aprender a viver com os outros) e Aprender a Ser, que devem basear a educação ao longo da vida, além de inspirar e orientar reformas educativas.

Em suma, **Aprender a Conhecer** consiste no domínio dos instrumentos do conhecimento que objetiva, sobretudo, a compreensão do mundo circundante. Aprender a Fazer, indissociável de aprender a conhecer, se refere, em última instância, a por em prática os conhecimentos aprendidos. **Aprender a Viver Juntos** se se refere à valorização, cooperação e respeito mútuo, bem como à dissolução dos conflitos entre humanos, evitando-os ou resolvendo-os de forma pacífica. Esta competência envolve a descoberta progressiva de si e do outro e a participação em projetos comuns ao longo da vida. **Aprender a ser** diz respeito à realização completa da pessoa, isto é, o desenvolvimento do corpo, espírito, inteligência e sensibilidade, de forma a que seja autônoma e crítica o suficiente para agir nas diferentes circunstâncias da vida com responsabilidade e justiça (DELORS et al., 1997).

Nesse sentido, ao adotar a educação integral como processo norteador de seu Currículo, o Piauí busca responder às novas e complexas demandas do mundo contemporâneo que exige dos indivíduos cada vez mais autonomia, atitudes e valores para resolver problemas, tomar decisões e fazer escolhas. Além disso, demanda proatividade para identificar desafios e buscar soluções – o que significa saber se comunicar, criar, realizar análises críticas, participar e colaborar em atividades coletivas, ser responsável e resiliente, relacionar-se consigo mesmo e com os outros, ou seja a capacidade de conviver, respeitar e aprender com as diferenças e as diversidades.

Isso significa que a educação passa a ter objetivos mais amplos de desenvolvimento e aprendizagem que incluem as diferentes competências, fundamentais para se trabalhar e conviver nos dias atuais. Em conformidade com a BNCC (2017), essas novas competências ganharam força nos últimos anos após o reconhecimento de que a administração das próprias emoções e decisões impacta positivamente no aprendizado e no comportamento dos alunos e têm forte influência na sua vida presente e futura, uma vez que promove sua autonomia e suas potencialidades.

Cabe esclarecer que a educação integral não se trata de uma modalidade de ensino, mas de um novo paradigma, mais alinhado com o que se entende hoje por educação, ensino e aprendizagem. Assim, este modelo educacional tem caráter contínuo, ou seja, abrange as diferentes fases da vida e integra diversos espaços, tempos e agentes (PEREIRA, 2019), pode – e deve – ser desenvolvido em diferentes jornadas escolares como de quatro, sete ou nove horas, jornada ampliada ou em tempo integral.

3.1.2 Princípios da educação no território piauiense

Considerando o conceito e o modelo de educação, apresentados anteriormente, adotados pelo Currículo do Piauí, os princípios fundamentais da educação no território piauiense consistem em:

* Aquisição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores por meio do aprender a aprender, da relação dialética do ser humano com a sociedade e da conexão e colaboração entre sujeito construtor do conhecimento e objeto a ser conhecido;

* Desenvolvimento articulado de competências intelectuais, socioemocionais, físicas e culturais, que levam à superação de situações e problemas com vistas à formação plena dos estudantes (MORIN, 2001);

* Mediação do professor, responsável por planejar e implementar estratégias pedagógicas eficazes para o processo de educação integral dos alunos;

* Formação de indivíduos autônomos, conscientes e críticos, por meio da troca de informações e experiências que possibilitem o desenvolvimento de competências necessárias para a vida e vivência plena da cidadania, envolvendo a formação de valores como solidariedade, honestidade, respeito e responsabilidade.

* Garantia da equidade e qualidade da educação e do direito de aprender;

* Aprendizagem significativa para a vida dos estudantes, considerando o conhecimento prévio que trazem consigo, sua prática social e seu potencial de aprender (MARCHIORSTO,2013)

Sob essa perspectiva, o Currículo do Piauí assume um importante e desafiador compromisso: propiciar a todos os estudantes desse nível educacional uma experiência global em seu processo de formação. E isso só será possível se as aprendizagens dos estudantes forem levadas em consideração, no sentido de que

ensino e aprendizagem caminhem na mesma direção, pois só assim, o conceito de educação integral pode, de fato, se efetivar.

3.2 Ensino e Aprendizagem

A implantação de um currículo, com foco no desenvolvimento pleno dos estudantes, pressupõe a incorporação de princípios coerentes com a concepção de educação integral, já discutida neste texto. E, ainda, ao estabelecer competências e habilidades que os alunos deverão desenvolver, a BNCC (2017) exige dos educadores um planejamento pensado coletivamente, com vistas à garantia dos direitos de aprendizagem às crianças e aos jovens.

Neste sentido, a concepção de aprendizagem utilizada neste documento está baseada no princípio de que as aprendizagens dos estudantes devem ser efetivadas, de modo a extrapolarem os muros da escola e aconteçam efetivamente. Assim, para que tais aprendizagens possam se efetivar, é preciso que as escolas criem as condições necessárias para isso, e os pais acompanhem essas condições promovidas pela escola. Mas, acima de tudo, é preciso que o ensino faça sentido para quem deve aprender, pois, se a concepção de ensino e aprendizagem ainda estiver dissociada de uma carga significativa, é possível que os sujeitos da aprendizagem ainda fiquem presos a um passado que considera uma hierarquia entre quem ensina e quem aprende.

Assim, se a perspectiva do professor é a de quem está “no lugar de quem já sabe” (WEISZ e SANCHEZ, 2009, p. 19), é ele quem definirá “o que é mais fácil e o que é mais difícil para os alunos e quais os caminhos que devem percorrer para realizar as aprendizagens desejadas [...]”, (idem, p. 19). E esse procedimento pedagógico tende a dificultar o processo de aprendizagem, principalmente para aqueles que apresentam mais dificuldade de apreensão de conhecimentos.

Neste cenário, é preciso que a escola assuma uma tripla função, como bem apontam Weisz e Sanchez (2009, p. 36): “levar os alunos a aprender a aprender, dar-lhes os fundamentos acadêmicos e, sem perda de tempo, equalizar as enormes diferenças no repertorio de conhecimentos com que eles chegam”. Esse aprender a aprender exige do aprendiz uma certa capacidade de autonomia em relação aos desafios advindos da construção do conhecimento, pois, ainda de acordo com as referidas autoras (idem, p. 35), aprender a aprender “só se torna possível para quem já aprendeu muito sobre muita coisa”.

Sobre essa questão, é válido salientar que o processo de ensino e aprendizagem defendido neste Currículo não tem relação com acúmulo de conhecimentos desconectados da realidade dos estudantes, mas, sim, com o sentido que esse conhecimento tem para quem está aprendendo ou acredita que já aprendeu. Importante ressaltar, ainda, que a aprendizagem precisa contemplar os anseios de quem quer aprender, para que ela realmente seja significativa.

Importante destacar que, nessa perspectiva de aprendizagem, é preciso compreender que aprender significativamente implica em ampliar e reconfigurar ideias já existentes na estrutura mental e com isso ser capaz de relacionar e acessar novos conteúdos (FERNANDES, 2011).

Diante desse contexto, a autora assim descreve a aprendizagem significativa:

> [...] a teoria de Ausubel leva em conta a história do sujeito e ressalta o papel dos docentes na proposição de situações que favoreçam a aprendizagem. De acordo com ele, há duas condições para que a aprendizagem significativa ocorra: o conteúdo a ser ensinado deve ser potencialmente revelador e o estudante precisa estar disposto a relacionar o material de maneira consistente e não arbitrária (FERNANDES, 2011, on line).

Isso endossa a tese de que aprendizagem e ensino precisam estar correlacionados e não vistos como caminhos diferentes a serem seguidos, pois se as condições de aprendizagens são criadas, é porque o ensino também passa a fazer sentido. Assim, no contexto escolar, ensinar e aprender devem estar no mesmo nível de importância e, ainda, devem ser avaliados com a mesma seriedade, para que se efetive a concepção de educação integral preconizada na BNCC.

3.3. Avaliação

Avaliar é um processo inerente ao ser humano e se processa nas relações sociais, uma vez que somos avaliados a cada momento nas atitudes e valores. No ambiente educacional, mais especificamente no sistema de ensino, este processo se dá de forma sistemática e compreende três dimensões, conforme capítulo II da Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010:

I– avaliação da aprendizagem, que na sua função **diagnóstica**, liga-se à

aprendizagem, possibilitando o aprendiz a recriar, refazer o que aprendeu criar, propor e, neste contexto aponta para uma avaliação global, que vai além do aspecto quantitativo porque identifica o desenvolvimento da autonomia dos estudantes que é, indissociavelmente ético, social e intelectual. Em nível **operacional** tem como referência o conjunto de habilidades, conhecimentos, princípios e valores que os sujeitos do processo educativo projetam para si de modo integrado e articulado com aqueles princípios e valores definidos para a Educação Básica, redimensionados para cada uma de suas etapas; na Educação Infantil é realizada mediante **acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança**, sem objetivo de promoção, mesmo em se tratando de acesso ao Ensino Fundamental; É de **caráter formativo** no Ensino Fundamental e médio, **predominando o qualitativo sobre o quantitativo e classificatório**, adota uma estratégia de progresso individual e contínuo que favorece o crescimento do educando, preservando a qualidade necessária para a sua formação escolar, sendo organizada de acordo com as regras comuns a essas etapas. (Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 in: BRASI, 2013, p. 76).

II – **avaliação institucional interna e externa** - promovida pelos órgãos superiores dos sistemas educacionais, inclui, entre outros instrumentos, pesquisas, provas, tais como as do SAEB, Prova Brasil, ENEM e outras promovidas por sistemas de ensino de diferentes entes federativos, dados estatísticos, incluindo os resultados que compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e/ou que o complementem ou o substituem, e os decorrentes da supervisão e verificações in loco.

III – **avaliação de redes de Educação Básica** - é periódica, feita por órgãos externos às escolas e engloba os resultados da avaliação institucional, que sinalizam para a sociedade se a escola apresenta qualidade suficiente para continuar funcionando. (Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 in: BRASIL, 2013, p.77).

Tomando a avaliação como um processo global, nas três dimensões, citados anteriormente, a proposta de currículo do Piauí considera-a ferramenta necessária para o funcionamento do currículo, seu monitoramento e tomada de decisões. Dessa forma, a avaliação se configura como instrumento potencializador do currículo e como ponto de partida e de chegada do processo de ensino e aprendizagem, e vai além de medir conhecimento e atribuir notas e conceitos, como afirma Haydt (2008), citada por Barbosa (2011):

> (...) a avaliação assume dimensões mais amplas. A atividade educativa não tem por meta atribuir notas, mas realizar uma série de objetivos que se traduzem em termos de mudanças de comportamentos dos alunos. E cabe justamente à avaliação verificar em que medida esses objetivos estão realmente sendo alcançadas, para ajudar o aluno a avançar na aprendizagem.

Considerando o exposto, o Currículo do Piauí, para ser implementado com sucesso, terá como norte as avaliações diagnóstica, a contínua e cumulativa, a formativa, de modo que a qualitativa se sobreponha à quantitativa.

3.4 Currículo

O Currículo escolar assume variedade considerável de significados, todos voltados para a finalidade última que é a disponibilização dos conhecimentos sistematizados, ao longo da história da humanidade, para um público específico: os estudantes.

No senso comum, currículo pode ser entendido como relação de objetos de conhecimento de uma proposta pedagógica, a lista de conteúdos disposta no final do livro didático e até mesmo o conjunto de livros didáticos adotados por uma escola em determinado ano. Cientes das concepções presentes no senso comum, reflete-se, neste tópico, sobre a amplitude do significado de currículo, por alguns autores já consagrados.

Conforme Lukesi (2011, p. 88), “os conteúdos escolares pertencem à cultura que nos antecede, como também à cultura contemporânea, com todos os seus elementos componentes: senso comum, ciência, valores estéticos, éticos e religiosos”. Candau (2006) afirma que “o currículo é um conjunto de práticas que proporciona a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, efetivamente, para a construção de identidades sociais e culturais”. Para Sacristán (2013, p.18), “de tudo aquilo que sabemos e que, em tese, pode ser ensinado e aprendido, o currículo é uma seleção organizada dos conteúdos a aprender, os quais, por sua vez, regularão a prática que se desenvolve durante a escolaridade”.

Arroyo (2013, p.13), para quem “o currículo é o núcleo e o espaço central mais estruturante da função da escola”, aponta que este amplo instrumento de seleção, organização e implementação do conhecimento é um território de disputa dos

diversos atores que compõem o território brasileiro. De acordo com o autor:

> [...]nas últimas décadas fatos novos postos em nossa dinâmica social vêm reconfigurando as identidades a cultura docente: a presença de movimentos feministas e LGBT avançam nas lutas por igualdades de direitos na diversidade dos territórios sociais, políticos e culturais. O movimento negro luta por espaços negados nos padrões históricos de poder, de justiça, de conhecimento e cultura, assim como os movimentos indígena, quilombola, do campo afirmam direitos à terra, territórios, igualdade, às diferenças, às suas memórias, culturas e identidades e introduzem novas dimensões nas identidades e na cultura docente (ARROYO, 2013, p.11).

Considerando o exposto, além dos movimentos sociais descritos por Arroyo (2013), outros movimentos e instituições buscam impor seus currículos numa disputa constante desses espaços. Tais imposições vêm do mercado nacional e internacional, da religião, das avaliações externas, dos partidos políticos, dos movimentos radicais e conservadores, do próprio público escolar formado, especialmente, pelos professores com seus saberes, além dos estudantes, com suas necessidades e projetos de vida, acrescido das demandas diárias do mundo contemporâneo.

A diversidade e a pluralidade cultural, as disputas pelo currículo aqui descritas têm gerado situações que sufocam os sistemas de ensino imprimindo-lhe mais desafios para inclusão dos sujeitos em um cenário de educação integral.

Além de se configurar como um lugar de disputa, descrito por Arroyo, o currículo se caracteriza também como um espaço de escuta onde a voz de todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar ecoa e deve ser considerada para a construção e implementação deste instrumento. Escutar a voz dos corredores, pátios e o entorno da escola é, nas palavras de Chieff, uma necessidade. Incluir os conteúdos gerados por essas vozes ao currículo é um desafio da escola que deve reconhecer este potencial e reverter em objeto de conhecimento a favor de seu projeto pedagógico.

O currículo do Piauí abrange a escolaridade dos estudantes do Ensino Infantil e Fundamental, assegurando-lhe o direito aos conhecimentos historicamente acumulados e, consequentemente, ao desenvolvimento integral. De acordo com o artigo 13, parágrafo § 1º da Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010:

> § 1º o currículo deve difundir os valores fundamentais do interesse social, dos direitos e deveres dos cidadãos, do respeito ao bem comum e à ordem

> democrática, considerando as condições de escolaridade dos estudantes em cada estabelecimento, a orientação para o trabalho, a promoção de práticas educativas formais e não-formais.
>
> § 2º Na organização da proposta curricular, deve-se assegurar o entendimento de currículo como experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos (BRASIL, 2013, p.76)

Seguindo as orientações da BNCC, o currículo do Piauí é composto pelos componentes da base comum a todo o território nacional e pela parte diversificada, que são os temas integradores. Pelo seu caráter dialógico e flexível, será acrescido das experiências e saberes docentes acumulados historicamente, integrado com as demandas do mundo contemporâneo e articulado com o conjunto das práticas sociais do contexto dos estudantes. Assim, pelo seu caráter interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar o currículo do Piauí faz uma integração com os temas integradores, descritos no próximo tópico.

3.4.1 Integração curricular: temas integradores

A integração curricular é muito importante para o processo de desenvolvimento integral dos estudantes, por isso, a BNCC propõe que haja “uma superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento” (BRASIL, 2017). As 10 competências gerais podem contribuir com esse processo, uma vez que se constituem em objetivos comuns, que precisam ser alcançados de maneira coesa pelos diferentes componentes curriculares, inclusive por meio de ações interdisciplinares.

Para isso acontecer, também é necessário estimular a articulação e aplicação desses saberes, por meio de práticas pedagógicas que tenham como foco temas integradores. Ou seja, questões relacionadas ao exercício da cidadania que, além de dialogar com as habilidades de todos os componentes curriculares nas diferentes etapas da Educação Básica, articulam-se entre si e estimulam o protagonismo e a construção do projeto de vida dos estudantes.

Os temas integradores dizem respeito a questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida e atuação e que, portanto, intervêm em seus processos de construção de identidade e no modo como interagem

com outras pessoas e se posicionam sobre e no mundo. Versam sobre aspectos relevantes no local, regional e global, tais como: direitos das crianças e adolescentes; educação para o trânsito; educação alimentar e nutricional; preservação do meio ambiente; processo de envelhecimento; respeito e valorização do idoso; saúde; sexualidade; educação em direitos humanos; vida familiar e social; educação para o consumo; educação financeira e fiscal; trabalho, ciência e tecnologia e diversidades, que serão detalhados neste documento.

Pelo seu caráter interdisciplinar, multidisciplinar, transdisdisciplinar os temas integradores contemplam, portanto, para além dos aspectos acadêmicos, as dimensões socioemocional, física e cultural da educação integral, bem como os principios políticos, éticos e estéticos que, segundo a LDB, devem orientar a formação dos estudantes.

Têm-se, ainda que a inclusão de questões sociais no currículo escolar não é uma **novidade**. Essas temáticas há muito têm sido discutidas e incorporadas em todas as áreas do conhecimento, mas principalmente nas Ciências Humanas e Sociais, bem como nas Ciências da Natureza, e vem se **consolidando**, em algumas propostas interdisciplinares, através de temáticas integradoras curriculares, como por exemplo, Meio Ambiente e Saúde.

Uma vez aberto a novos temas e buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e dinâmica, o currículo ganha flexibilidade e permite a priorização e contextualização de aprendizagens de acordo com as diferentes realidades locais e regionais.

A definição dos temas integradores priorizados pelo Currículo Piauiense levou em consideração as diversidades regionais, culturais e políticas existentes no estado, no país e no mundo, o texto constitucional e os princípios que orientam a educação escolar. Na BNCC, os temas integradores estão contemplados e distribuídos em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino, às escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada.

Assim, a definição dos critérios para a inclusão dos temas integradores no currículo deve considerar a abrangência, a urgência social, o alinhamento com a Educação Infantil e Ensino Fundamental e o favorecimento à compreensão da realidade e à participação social, conforme descrição a seguir:

Para orientar esse processo de escolha, estabeleceram-se os seguintes critérios:

Abrangência Nacional – Por ser um parâmetro nacional, a eleição dos temas buscou contemplar questões que, em maior ou menor medida e mesmo de formas diversas, fossem pertinentes a todo o País. Isso não exclui a possibilidade e a necessidade de que as redes estaduais e municipais, e mesmo as escolas, acrescentem outros temas relevantes à sua realidade.

Urgência Social – Esse critério indica a preocupação de se priorizarem questões graves, que se apresentam como desafios para o estado e o país.

Alinhamento com a Educação Infantil e, ou Ensino Fundamental – Esse critério norteou a escolha de temas adequados para aprendizagem nessa etapa da escolaridade.

Favorecimento à compreensão da realidade e à participação social – A finalidade última se expressa no critério de desenvolver a capacidade dos estudantes de superar a indiferença e intervir de forma responsável em questões que interferem na vida coletiva.

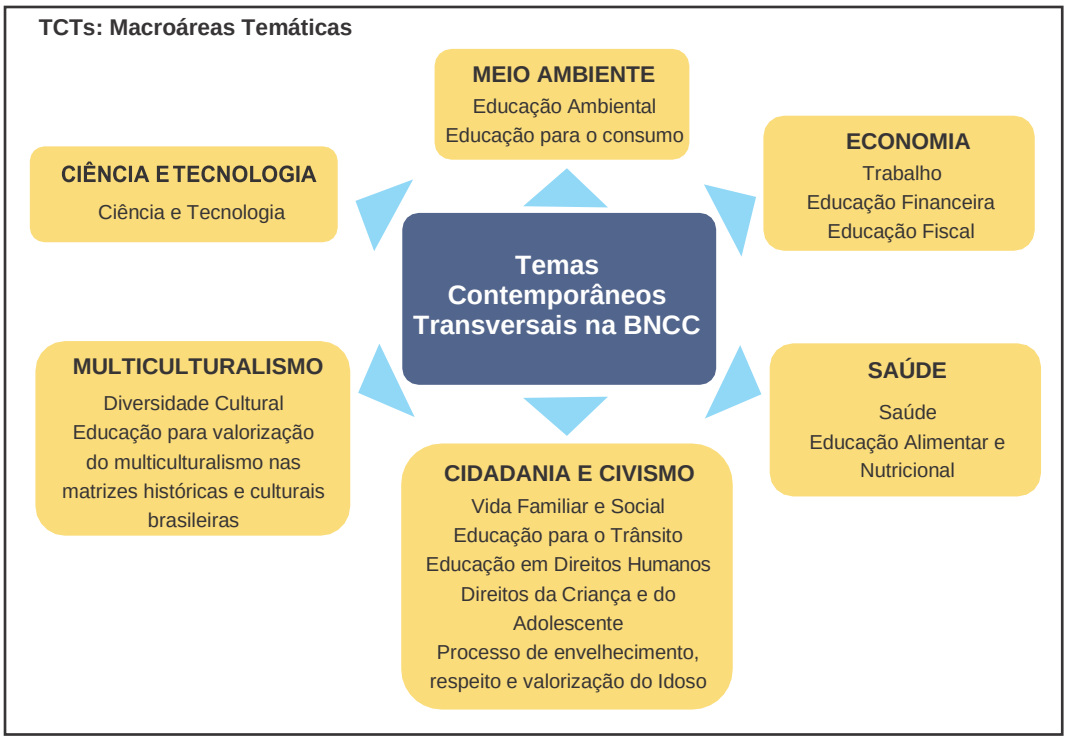
Para promover uma educação integral, é necessário integrar os componentes curriculares, de modo que contemple a diversidade em suas especificidades e faixas etárias. Concordando com Lukesi (2011, p. 89), que se refere ao currículo como “expressão da ciência do presente traduzida para as possibilidades de assimilação dos educandos em suas diversas faixas etárias e em seus diversos níveis de desenvolvimento”, compreendemos que os temas integradores possibilitam a inclusão no currículo de assuntos abrangentes a todos os públicos e faixas etárias e níveis e modalidades de ensino.

As questões integradoras priorizadas pelo Currículo do Piauí receberam o título geral de Temas Integradores, indicando a metodologia que deve orientar a sua inclusão no currículo e seu tratamento didático. As temáticas selecionadas promovem a reflexão ética sobre a liberdade de escolha, questionando a legitimidade de práticas e valores consagrados pela tradição e pelo costume.

De acordo com a BNCC (2017, p. 19-20), dentre os temas integradores destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/1990), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/1997), educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer

CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012), educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004), saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010).

Os temas integradores estão dispostos na BNCC da forma como citado no parágrafo anterior. Só após mudanças feitas para atender às novas demandas sociais e garantir que o espaço escolar seja um espaço cidadão, os Temas Integradores foram ampliados para quinze, mudando também sua terminologia para Temas Contemporâneos transversais (TCTs)[5], conforme apresentados a seguir:



É importante destacar que estão organizados em seis macroáreas temáticas e redistribuídos de forma que cada tema seja acompanhado pelo Marco legal específico que o instituiu, conforme tabela a seguir:

5 - Conforme o disposto na minuta "Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos" 2019.

Temas Contemporâneos Transversais(TCTs)	Marco Legal
Ciência e Tecnologia	Leis Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 32, Inciso II e Art. 39), Parecer CNE/CEB Nº 11/2010, Resolução CNE/CEB Nº 7/2010. CF/88, Art. 23 e 24, Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Direitos da Criança e do Adolescente	Leis Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 32, § 5º) e Nº 8.069/1990. Parecer CNE/CEB Nº 11/2010, Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental), e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Diversidade Cultural	Lei Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 26, § 4º e Art. 33), Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010.
Educação Alimentar e Nutricional	Lei Nº 11.947/2009. Portaria Interministerial Nº 1.010 de 2006 entre o Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Lei Nº 12.982/2014. Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental). Parecer CNE/CEB Nº 05/2011, Resolução CNE/CEB Nº 02/2012 (Art. 10 e 16 - Ensino Médio), Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Educação Ambiental	Leis Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 32, Inciso II), Lei Nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP Nº 14/2012 e Resolução CNE/CP Nº 2/2012. CF/88 (Art. 23, 24 e 225). Lei Nº 6.938/1981 (Art. 2). Decreto Nº 4.281/2002. Lei Nº 12.305/2010 (Art. 8). Lei Nº 9.394/1996 (Art. 26, 32 e 43). Lei Nº 12.187/2009 (Art. 5 e 6). Decreto Nº 2.652/1998 (Art. 4 e 6). Lei Nº 12.852/2013 (Art. 35). Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Carta da Terra. Resolução CONAMA Nº 422/2010. Parecer CNE/CEB Nº 7/2010. Resolução CNE/CEB Nº 04/2010 (Diretrizes Gerais Ed. Básica). Parecer CNE/CEB Nº 05/2011 e Resolução CNE/CEB Nº 02/2012 (Art. 10 e 16 - Ensino Médio). Parecer CEN/CP Nº 08/2012. Parecer CNE/CEB Nº 11/2010, Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental), Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).

Temas Contemporâneos Transversais(TCTs)	Marco Legal
Educação em Direitos Humanos	Lei Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 12, Incisos IX e X; Art. 26, § 9º), Decreto Nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP Nº 8/2012 e Resolução CNE/CP Nº 1/2012. Parecer CNE/CEB Nº 05/2011, Resolução CNE/CEB Nº 02/2012 (Art. 10 e 16 - Ensino Médio, Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Educação Financeira	Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010. Decreto Nº 7.397/2010
Educação Fiscal	Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010. Portaria Conjunta do Ministério da Fazenda e da Educação, Nº 413, de 31/12/2002
Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais Brasileiras	Artigos 210, 215 (Inciso V) e 2016, Constituição Federal de 1988. Leis Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 3, Inciso XII; Art. 26, § 4º, Art. 26-A e Art. 79-B), Nº 10.639/2003, Nº 11.645/2008 e Nº 12.796/2013, Parecer CNE/CP Nº 3/2004, Resolução CNE/CP Nº 1/2004 e Parecer CNE/CEB nº 7/2106.
Educação para o Consumo	Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010. Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Proteção do consumidor). Lei Nº 13.186/2015 (Política de Educação para o Consumo Sustentável).
Educação para o Trânsito	Nº 9.503/1997. Parecer CNE/CEB Nº 11/2010, Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental), Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio). Decreto Presidencial de19/09/2007.
Processo de Envelhecimento, respeito e valorização do Idoso	Lei Nº 10.741/2003. Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental). Parecer CNE/CEB Nº 05/2011, Resolução CNE/CEB Nº 02/2012 (Art. 10 e 16 - Ensino Médio), Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Saúde	Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010. Decreto Nº 6.286/2007
Trabalho	Lei Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 3, Inciso VI; Art. 27, Inciso III; Art. 28, Inciso III; Art. 35 e 36 – Ensino Médio), Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010
Vida Familiar e Social	Lei Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 12, Inciso XI; Art. 13, Inciso VI; Art. 32, Inciso IV e § 6º), Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010

Fonte: Brasil (2019b)

4 IMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Os sistemas de educação e escolas precisam criar e organizar as condições e os meios adequados para que as aprendizagens previstas no Currículo do Piauí se efetivem. Isso significa promover mudanças nas práticas pedagógicas e no ambiente da escola, bem como em políticas e programas de avaliação, formação de professores, materiais didáticos e infraestrutura escolar.

O Currículo do Piauí deve orientar a construção das propostas pedagógicas das escolas de todo o território piauiense, com vistas à apropriação de novos objetivos e processos de aprendizagem necessários à promoção do desenvolvimento pleno dos estudantes. Há ainda que se compreender a exigência das unidades escolares se sintonizarem com a contemporaneidade, aliando-se aos novos recursos científicos e tecnológicos para tornar possível a garantia dos direitos educativos, sociais e culturais da populaçãopiauiense.

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017), a nova orientação curricular nacional demanda a escolha e utilização de metodologias e estratégias pedagógicas diversificadas, que atendam a diferentes perfis de alunos. Ainda reconhece a necessidade de conceber e fazer uso de situações e procedimentos que motivem e engajem os alunos, inclusive via utilização de recursos tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender.

Também é preciso contextualizar os componentes curriculares e seus conteúdos para tornar o ensino e a aprendizagem mais significativos, pois a contextualização conecta a aprendizagem à realidade do lugar e do tempo em que se situa. Da mesma maneira, a integração dos componentes curriculares fortalece a competência pedagógica das equipes escolares para trabalhar como mais dinamicidade, interação e colaboração.

É importante destacar que o Currículo do Piauí, para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, está aberto para a valorização das práticas pedagógicas mais interativas, norteadas por projetos; estudos orientados; atividades culturais ou esportivas cuidadosamente planejadas pelos professores, inclusive de forma interdisciplinar. O foco na educação integral prescinde, ainda, do compartilhamento de metodologias favoráveis ao aprendizado de competências socioemocionais de forma integrada à aquisição de outras aprendizagens específicas.

Os objetivos de aprendizagem bem como as habilidades, podem e devem ser complementadas, contextualizadas, aprofundadas e ou ampliadas no contexto da escola, bem como, formas de organização interdisciplinar, selecionar metodologias e estratégias, selecionar recurso didáticos e tecnológicos, conceber e por em práticas formas de engajar os estudantes, valorizando as vivências dos grupos sociais, considerando diferentes modalidades de ensino, enriquecendo e vitalizando os currículos com a realidade local, com o chão daquele lugar no qual a escola se insere, especialmente por termos um Estado tão diverso sobre o ponto de vista social, econômico e ambiental, como é o Piauí.

Nessa perspectiva, compreende-se que a implementação do currículo do Piauí, para que seja consistente, necessita de investimento em ações que, primeiro preparem os professores, gestores e estudantes para compreender e, consequentemente, pôr em prática o currículo aqui proposto.

Dentre as ações, prioriza-se a formação de professores como o maior desafio, seguido de outros como: desconstruir a resistência que ainda existe entre os professores em manter a ideia de um currículo engessado/estanque, preparando-os para desenvolverem suas práticas conectadas com as mudanças propostas pela dinamicidade do mundo contemporâneo; formar os professores e gestores para o uso das tecnologias modernas, uma vez que a BNCC dá ênfase à cultura digital, ainda não dominada pela maioria dos professores; propor mudanças que superem o ensino pautado na transmissão de conteúdos, adotando um ensino com o foco no desenvolvimento de competências e habilidades proposto pela BNCC; flexibilizar o currículo, de modo a contemplar a diversidade regional e cultural, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades, considerando as modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Escolar Quilombolas, Educação para estudantes em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, Educação de Crianças em Situação de Itinerância, Educação Básica nas escolas do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Básica Especial e Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana), conforme dispõe a Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010.

Considerando os desafios propostos no parágrafo anterior, a BNCC (BRASIL, 2017) expõe decisões que são possibilidades relevantes para a implementação do currículo, que resultam de um processo de envolvimento e

participação das famílias e da comunidade, com o foco no desenvolvimento de competências e habilidades e referem-se, entre outras ações, a:

* contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas;

* decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem;

* selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização etc.;

* conceber e pôr em prática situações e procedimentos para motivar e engajar os alunos nas aprendizagens;

* construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos;

* selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender; criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem;

* manter processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular para os demais educadores, no âmbito das escolas e sistemas de ensino (BRASIL, 2017, p. 16-17).

Assim, a implementação do Currículo do Piauí reforça a necessidade de formação dos professores, considerando que os papéis destes têm sofrido alterações significativas, passando de meros transmissores de conhecimentos para serem mediadores do processo de ensino-aprendizagem, colocando assim a formação crítica

e de qualidade para os aprendizes como a verdadeira protagonista do cenário educacional, como menciona Freire (2011):

> Formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas, e porque não dizer da quase obstinação com quem falo do meu interesse por tudo que diz respeito aos homens e às mulheres, assunto de que saiu e a gente volta com o gosto de quem a ele se dá pela primeira vez (FREIRE, 2011, p.16).

Como protagonistas do cenário educacional, os estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental precisam desenvolver as competências e habilidades propostas pela BNCC. A Formação Continuada que deve orientar a implementação do Currículo do Piauí para tender este público, alinha-se com o que Nóvoa (1995) coloca como as necessidades dos profissionais, os interesses das escolas em que atuam e as instituições formadoras. Para esse autor, a Formação Continuada passa pela seguinte discussão:

> [...] implica a mudança dos professores e das escolas, o que não é possível sem um investimento positivo das experiências inovadoras que já estão no terreno. Caso contrário, desencadeiam-se fenômenos de resistência pessoal e institucional, e provoca-se a passividade de muitos atores educativos. É preciso conjugar a 'lógica da procura (definida pelos professores e pela escola) com a lógica da oferta' (definidas pelas instituições de formação), não esquecendo nunca que a formação é indissociável dos projetos profissionais e organizacionais (NÓVOA, 1995, p. 30-31).

Analisando a proposição de Nóvoa, considera-se a formação de professor como necessária para superar a resistência pessoal e institucional, geralmente presente diante do novo. Há, portanto, necessidade de investimento na formação contínua de todos os sujeitos envolvidos com a educação escolar, de forma especial, o professor.

Nesta perspectiva, é importante considerar que a BNCC tem como principal objetivo assegurar aos estudantes do país o pleno direito de aprender e se desenvolver de forma integral, como cidadãos plenos em seus direitos e deveres civis, através da aquisição de um conjunto fundamental de competências. Para tanto, é importante garantir que esses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores não se desconectem de sua realidade e respeitem sua cultura e diversidade. E isso só será possível, mediante a observação de alguns pilares, a saber:

Diagnóstico

Com o objetivo de melhorar a prática pedagógica, as Secretarias de educação devem realizar um consistente diagnóstico de contexto, devendo considerar: Dimensão da rede; Percentual de docentes por número de escolas em que lecionam; Demanda por atividades de desenvolvimento profissional, como por exemplo, o percentual de docentes que afirmam gostar de determinadas atividades de desenvolvimento e temas como maior necessidade; Cumprimento de 1/3 da hora atividade.

Metodologia

Pilar que visa melhor estruturar o desenho metodológico entre outros aspectos, indicar as estratégias para alcançar os objetivos definidos.

* A escola como locus principal da formação continuada;

* A promoção e o estímulo ao trabalho colaborativo entre os professores, por exemplo, por meio da atuação da coordenação pedagógica;

* A importância de a formação continuada ser específica, isto é, corresponder a demandas reais do professor e com clara relação à sua prática pedagógica;

* A personalização dos itinerários/roteiros de formação conforme características e demandas específicas dos professores no âmbito de cada Rede, incluindo, por exemplo, ações específicas de formação para professores em estágio probatório;

* O uso dos resultados dos dados das avaliações de aprendizagem para nortear as ações de formação continuada focadas na melhoria da prática pedagógica do professor;

* O uso de recursos tecnológicos como um dos meios para oportunizar a formação continuada em todo território e para viabilizar a personalização do itinerário/roteiro da formação e ambientes inovadores de aprendizagem;

* A formação da gestão escolar e da coordenação pedagógica para apoiar e/ou liderar a implementação das ações de formação continuada na escola.

* A disponibilização de protocolos de acompanhamento da prática docente para apoiar os coordenadores pedagógicos.

Regime decolaboração

Considerando a necessidade de aprimorar a articulação entre as redes de ensino, no que se refere ao fortalecimento das políticas de formação e um regime de colaboração no âmbito da formação continuada de professores, deve-se considerar:

* A elaboração de diagnósticos frequentes das necessidades de formação dos professores de todas as redes de ensino, com levantamento de indicadores e mapeamento das demandas dos docentes;

* A definição de diretrizes e temáticas importantes para programas/projetos de formação continuada em todo o Piauí.

Monitoramento eavaliação

Para que se obtenham os resultados esperados, é importante que haja um constante monitoramento e avaliação da formação, devendo considerar:

* A construção de um plano de monitoramento e avaliação da política como pilar estruturante dos programas de formação continuada, e não como uma ação a ser pensada apenas após a implementação desses programas;

* A importância de se reconhecer os mecanismos de monitoramento e avaliação como ferramenta de análise dos resultados durante o processo de implementação de uma política de formação, possibilitando, assim, ajustes contínuos desses mecanismos.

Diante do exposto, é válido salientar que a Secretaria de Educação já adota uma política de formação de professores que contempla os pilares descritos acima, o que implica em dizer que, seja de forma presencial em um Centro de formação, no “chão” da escola de atuação dos professores e/ou por meio da modalidade EAD, a formação de professores já é uma realidade do território piauiense, o que muito facilitará o processo de implantação deste Currículo.

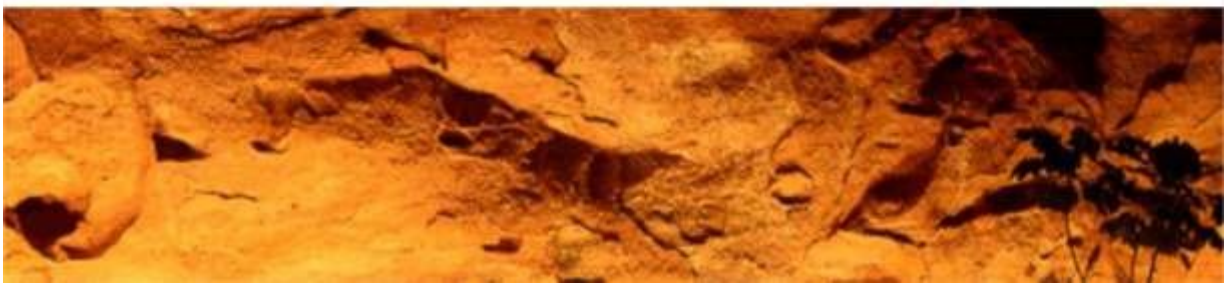
Mediante essa realidade, reitera-se que o currículo não se finaliza neste documento, pois os sistemas de ensino, redes e escolas irão discutir e elaborar suas propostas pedagógicas e seus currículos. Lembrando que a proposta pedagógica tem papel complementar que assegura a autonomia das instituições de ensino e garante que as aprendizagens essenciais se consolidem mediante de um conjunto de ações pedagógicas que serão utilizadas para adequação destas orientações à realidade local.

CURRÍCULO DE ALTOS

Um Marco para a Educação do nosso Município

Estrutura do Currículo

Áreas do conhecimento
Componentes curriculares



O currículo do Piauí está em conformidade com os fundamentos pedagógicos apresentados na BNCC (2017) e está estruturado de modo a explicitar as competências que os alunos devem desenvolver ao longo da etapa da Educação Infantil e Ensino Fundamental, em cada componente, como, expressão dos direitos das aprendizagens essenciais, habilidades e objetos de conhecimento para o desenvolvimento de uma educação integral para todos os estudantes.

Em relação à organização dos textos, todos os componentes apresentam uma estrutura básica comum, abordando (dentro de suas especificidades) tópicos semelhantes em contextos diferentes.

Esclarece-se que, quanto ao organizador curricular – no que se refere aos objetos de conhecimento e habilidades –, foi alterada a sequência para adequar os planos de aulas já desenvolvidos pelos professores do Piauí, que iniciam com os objetivos de aprendizagens (habilidades) e depois com os conhecimentos (objeto de conhecimento).

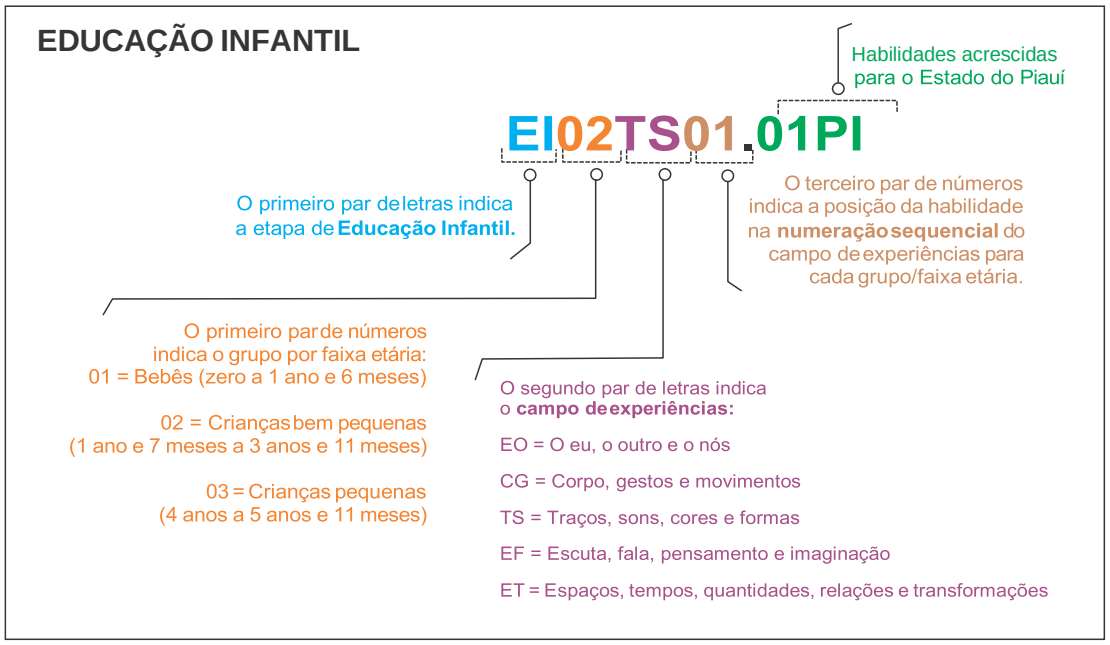
Em síntese, no que se refere aos textos por área do conhecimento e por componentes curriculares, neste documento, segue a seguinte organização estrutural: a Educação Infantil apresenta Direitos de aprendizagem e desenvolvimento; Campos de Experiência; Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

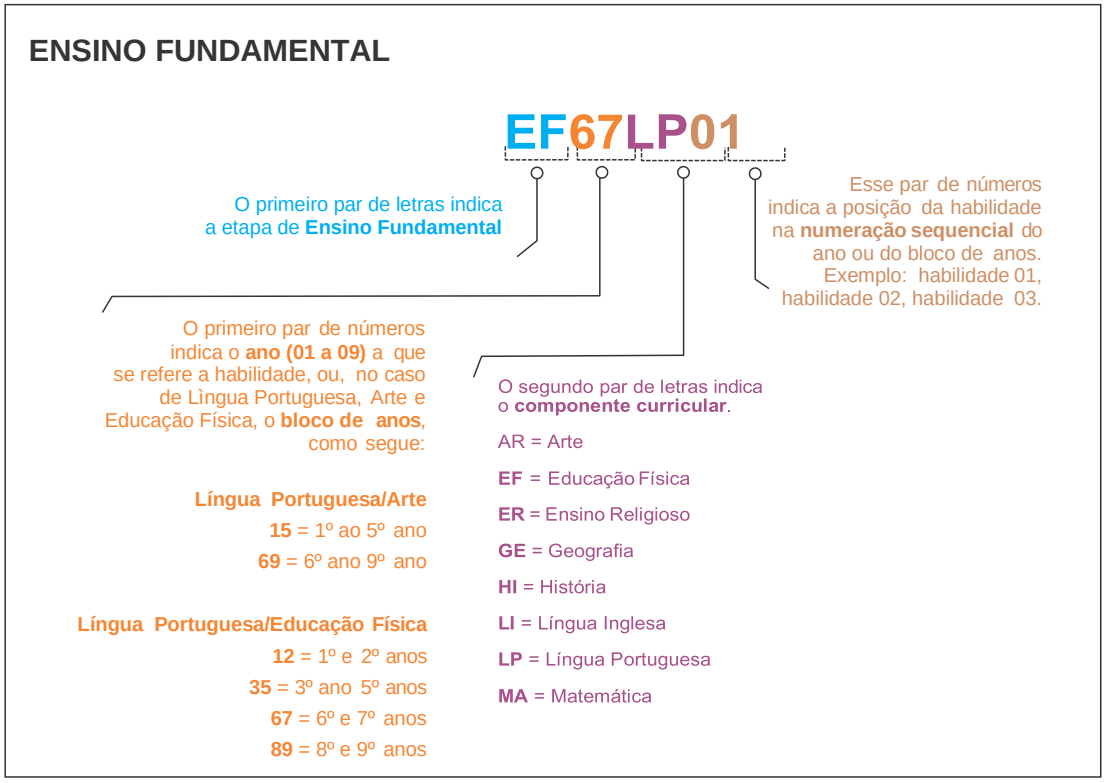
No que se refere ao Ensino Fundamental, todos os textos apresentam, basicamente, os mesmos elementos, sem, entretanto, seguir uma ordem fixa, dentre os quais se destacam: Texto introdutório do componente; Marco Legal; Desafios do ensino do componente; Objetivos do componente a partir da BNCC; Competências específicas do componente; Organização do componente no documento curricular etc.

É importante ainda esclarecer que neste texto utiliza-se a mesma composição dos códigos alfanuméricos descritos na BNCC para identificar as aprendizagens essenciais que foram contextualizadas, complementadas e/ou aprofundadas. Já para identificar novas aprendizagens, acréscimos, alterando a essência descrita na BNCC, utiliza-se o código alfanumérico acrescido da sigla — PI, dando continuidade na sequência do último código da mesma unidade temática.

A título de exemplo, seguem as composições para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental, respectivamente, utilizadas neste documento.

A título de exemplo, seguem as composições para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental, respectivamente, utilizadas neste documento.





CURRÍCULO DE ALTOS

Um Marco para a Educação do nosso Município

VERSÃO FINAL

Educação Física

Concepções Históricas e Marcos Legais

A aprovação do Plano Nacional de Educação instituído pela lei Nº 13.005/2014, e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída pela Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017 se traduzem como importantes encaminhamentos para o alcance de uma educação de qualidade socialmente referenciada, capaz de contribuir para a redução de desigualdades relativas às oportunidades educacionais, ou seja, o direito de aprender. Esses dois marcos legais endossam a necessária elaboração de um currículo, capaz de orientar as ações educativas, favorecendo a melhoria da educação, sugerindo o agrupamento de objetos do conhecimento/conteúdos curriculares das diferentes áreas objetivando a construção de saberes, conhecimentos, atitudes, competências, habilidades pertinentes ao processo de educação escolar.

Nesse cenário desafiador, o Piauí apresenta-se como um Estado extenso, possuidor de significativas diferenças naturais, econômicas e culturais, mas também com características comuns, fato que torna relevante a elaboração de propostas curriculares que considerem as especificidades do contexto social/educacional, mas também orientem universalidades de modo que se possa avançar na construção de um Sistema Estadual de Educação que dialogue com todo o território estadual. Com esse propósito, a elaboração de um Currículo , construído a partir da análise coletiva da Base Nacional Comum Curricular e de outras referências curriculares pode ser um relevante passo nestacaminhada.

No que se refere ao componente de Educação Física, este documento apresenta um conjunto de princípios sistematizados, elaborados a partir de um viés lógico- pedagógico, com conteúdos estruturantes dessa área de conhecimento, cujo objetivo é contribuir e melhorar a prática educativa e a formação integral dos estudantes.

Ressalta-se que, historicamente, a Educação Física Escolar enfrentou inúmeros conflitos, de ordem teórica e prática na sua constituição e reconhecimento como área de conhecimento. Se por um lado, o campo da legalidade lhe deu condição de componente curricular, indispensável à formação integral dos estudantes, tornando-a, em seguida, componente curricular obrigatório (BRASIL, LEI nº 9.394/96;PARECER CNE/CEB nº 016/2001; Lei nº 10.328/01; LEI nº 10.793/03) por outro, o campo

pedagógico reclama pela superação de um tratamento eminentemente prático dispensando o conjunto de saberes e habilidades que configuram o componente curricular na escola básica. Com uma visão ampla da importância da Educação Física para a formação do aluno, em 2018 foi criada a Lei Estadual nº 7.098 que dispõe sobre a exclusividade da docência em Educação Física na educação básica nas escolas públicas e particulares do Estado do Piaui, por profissionais da área.

No decorrer do processo onde se discute o objeto de conhecimento da Educação Física, abordagens como promoção a saúde, desporto educacional, seleção de talentos são apenas compreensões que por muito tempo permaneceram no ensino da área. É necessário avançar na compreensão que a Educação Física Escolar contempla conhecimentos e saberes que contribuem para a convivência humana respeitosa, para o conhecimento e respeito das características físicas e do desempenho dentro de suas limitações e dos outros indivíduos para a não segregação social. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o seu objeto de estudo são as práticas corporais e o movimento culturalmente aprendido, respectivamente, devendo estes serem abordados como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório. (BRASIL, 2017)

Com o objetivo de criar condições para que o Piauí entre em consonância com a BNCC, a Secretaria de Estado da Educação do Piauí e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, em parceria com os educadores do Estado, desencadearam um movimento de mobilização para o processo de reformulação curricular na educação básica.

Fruto de discussões entre professores, e sob a coordenação da Equipe de Implementação da Base no Estado do Piauí, este documento contempla a sistematização dos Referenciais Curriculares para o Ensino de Educação Física, que se constituirá, posteriormente, em um referencial para elaboração dos projetos políticos pedagógicos das escolas, e certamente seus educadores, farão adequações considerando às especificidades e peculiaridades do meio social em que cada escola está inserida.

A construção da Proposta Curricular de Educação Física para o Ensino Fundamental do Estado do Piauí estrutura-se a partir do conhecimento específico da

área e dos saberes disciplinares, curriculares e profissionais de professores dessa disciplina, elaborada a partir da participação dos mesmos em processo de formação inicial e continuada, mas também das aprendizagens obtidas nas experiências de trabalho nos diferentes níveis e modalidade Educação Básica. Trata-se, pois, de uma construção coletiva, que busca contribuir enquanto instrumento que ajudará na orientação do trabalho docente, colaborando para a formação de crianças adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Assim, a Proposta Curricular de Educação Física para o Ensino Fundamental do Estado do Piauí orientará a organização curricular e pedagógica da disciplina visando contribuir para a consolidação de uma prática educativa coerente, cuja base seja condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos dos estudantes. Podendo, também, ser entendida como uma estratégia de questionamento do trabalho de intervenção da prática dos educadores de Educação Física vinculados à escola em que atuam professores da educação básica.

A ABORDAGEM DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA E O PAPEL DOS EDUCADORES NA FORMAÇÃO DO ALUNO

As constantes transformações que vêm ocorrendo nos contextos sócios-políticos econômicos da sociedade atingem e interferem no âmbito educacional. Consequentemente, essas transformações vêm fazendo com que às práticas pedagógicas dos professores sejam repensadas com vistas a uma atuação mais significativa que possibilite a formação dos alunos, visando uma melhor participação destes na sociedade.

Diante disso, o professor, por meio de sua prática, exerce função fundamental para a construção do processo de ensino, quando desenvolve processos educativos coerentes com as necessidades dos alunos e da sociedade. Nesse ínterim, a Educação Física como um componente curricular das escolas precisa cumprir com seus objetivos, além de seu compromisso para a transformação de uma sociedade mais ativa e participativa nos diferentes contextos que a compõe.

Sabe-se que a Educação Física, por um longo tempo, teve sua prática e sua reflexão teórica voltada apenas para os aspectos fisiológicos e técnicos. Entretanto, atualmente, vem-se buscando superar essas concepções limitadas através de uma

análise crítica que considera também as dimensões culturais, sociais, políticas e afetivas, presentes no corpo vivo das pessoas enquanto sujeitos que interagem e se movimentam, sendo esses seres socialmente construídos (BRASIL, 1997).

Um dos desafios a serem enfrentados refere-se ao reconhecimento e valorização dessa disciplina enquanto campo de conhecimento e formação humana, superando a visão reducionista de atividade física desvinculada de saberes teóricos e necessidade básica de formação para a vida. Gaier (2001) afirma que, muitas vezes, o aluno não sabe por que está realizando determinada atividade ou movimento, nem os valores socioculturais e o significado da prática pedagógica da Educação Física. Outra situação presente nas aulas é a falta de espaço de tempo oportunizado para que os educandos manifestem sua opinião e tirem suas dúvidas.

De acordo com Kunz (1999) “é imprescindível que o professor de Educação Física saiba desenvolver o seu método de ensinar”, principalmente priorizando o repertório cultural do seu aluno e os contextos onde os conhecimentos podem ser construídos e/ou ressignificados.

Segundo os PCNs, a Educação Física pode proporcionar vivências que auxiliem a autonomia dos alunos, ao (re) conhecimento de potencialidades e limitações, na definição de metas a serem cumpridas e ultrapassadas no decorrer das aulas.

Assim, o papel do professor é planejar e desenvolver situações de aprendizagem para que os educandos tenham condições de aprenderem o conhecimento e desenvolver competências, habilidades, atitudes e valores que o formem como ser humano ético, solidário e responsável.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

A Educação Física Escolar como componente curricular sistematizada e regulamentada pode contribuir significativamente para o processo de construção dos conhecimentos e formação integral dos alunos. Tendo como proposta o desenvolvimento das seguintes competências:

1. Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva eindividual.

2. Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo.

3. Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais.

4. Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas.

5. Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes.

6.Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delasparticipam.

7.Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos.

8.Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde.

9.Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário.

10.Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais propostas pela BNCC, essas competências devem perpassar todo o currículo do Ensino Fundamental, propiciando a interlocução entre saberes e conhecimentos da área.

Portanto, o método de ensino se torna central e vital quando se reconhece a presença de um sujeito que se esforça em descobrir, que conhece e pensa, reconhecendo que a experiência não é uma fonte clara, inequívoca, do conhecimento, pois o mesmo não é o acúmulo de dados ou de informação e sim uma organização, para tanto são necessários o desenvolvimento a articulação de saberes desenvolvendo competências.

AS ETAPAS DE ENSINO E A PROGRESSÃO DAAPRENDIZAGEM

Uma nova compreensão da Educação Física implica considerar certos critérios pelos quais o objeto do conhecimento (conteúdos) e habilidades devem ser organizados, sistematizados e distribuídos no tempo pedagogicamente necessário para a sua assimilação.

Na organização do conhecimento, deve-se levar em consideração que as formas de expressão corporal dos alunos refletem os condicionantes impostos pelas relações de poder com as classes dominantes no âmbito de sua vida particular, de seu trabalho e de seu lazer.

No Ciclo de Alfabetização, a Educação Física, face às exigências da Educação Básica, deve priorizar processos capazes de gerar sujeitos inventivos, participativos, cooperativos, preparados para diversificadas inserções sociais, políticas, culturais e, ao mesmo tempo, capazes de intervir e problematizar as formas.

Os alunos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais possuem modos próprios de vida e múltiplas experiências pessoais e sociais, o que torna necessário reconhecer a existência de infâncias no plural e, consequentemente, a singularidade de qualquer processo escolar e sua interdependência com as características da comunidade local. É importante reconhecer, também, a necessária continuidade às experiências em torno do brincar, desenvolvidas na Educação Infantil. As crianças possuem conhecimentos que precisam ser, por um lado, reconhecidos e problematizados nas vivências escolares com vistas a proporcionar a compreensão do mundo e, por outro, ampliados de maneira a potencializar a inserção e o trânsito dessas crianças nas várias esferas da vida social de produção e de vida, coletivamente.

Diante do compromisso com a formação estética, sensível e ética, a Educação Física, aliada aos demais componentes curriculares, assume compromisso claro com a qualificação para a leitura do mundo, a produção cultural e a vivência das práticas corporais.

No Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudantes se deparam com diversos docentes, o que torna mais complexas as interações e a sistemática de estudos. Ainda assim, os alunos nessa fase de escolarização têm maior capacidade de abstração e de acessar diferentes fontes de informação. Essas características permitem aos estudantes maior aprofundamento nos estudos das práticas corporais na escola.

Para tanto, é essencial que a aprendizagem seja fruto de vivências e experiências atrativas, imaginativas e sensoriais que mobilizem os diferentes saberes, em um contexto de respeito às diversidades e valorização dos conhecimentos prévios, da história pessoal e do repertório cultural de cada um.

OS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Os conteúdos abordados na perspectiva da cultura corporal do movimento e das práticas corporais a serem aprendidos na escola devem emergir da realidade dinâmica e concreta do mundo do aluno. O professor deve atentar-se às seguintes situações:

* A dinâmica dos acontecimentos de uma aula é tal que, mesmo planejada, detalhada e consistente, dificilmente ocorre conforme o imaginado. Olhar, tom de voz, manifestação de afeto ou desafeto e diversas variáveis interferem diretamente na dinâmica anteriormente prevista, portanto o professor deve estar atento ao incentivo e empatia entre participantes.

* A ênfase na autonomia com uma proposta de trabalho que considere a atividade do aluno na construção de seus próprios conhecimentos, valorize as suas experiências, seus conhecimentos prévios e a interação professor-aluno e aluno-aluno, buscando essencialmente a passagem progressiva de situações dirigidas por outrem a situações dirigidas pelo próprio aluno.

* Planejar a realização de uma tarefa, identificar formas de resolver um problema, saber formular boas perguntas e respostas, levantar hipóteses e buscar meios de verificá-las, validar raciocínios, saber resolver conflitos e cuidar da própria saúde, dentre outras situações, são procedimentos e atitudes em que os alunos se tornam protagonistas da própria aprendizagem.

* Instigar a curiosidade e o espírito de pesquisador de nossos alunos, em momentos do cotidiano da sala de aula, não respondendo de pronto as suas indagações e sim os incentivando a buscar as respostas com outros professores, livros, arquivos, retornando o debate e esclarecimentos no encontro seguinte.

* A atuação coletivo-cooperativa na conquista da autonomia nas aulas de Educação Física da seguinte forma: proposição pelo professor de atividades de complexidade progressiva leva a uma necessidade de organização mental por parte dos alunos. Constantes desafios aos alunos provocam desequilíbrios que precisam ser resolvidos e é nessa necessidade de voltar ao equilíbrio que ocorre a construção do pensamento.

A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Para que o conhecimento se processe de modo organizado afim de atingir objetivos de aprendizagem eficazes e relevantes para os alunos, é inerente à prática docente a sensibilidade quanto a forma de abordagens e apresentação desses alunos em ambiente escolar.

Tendo em vista a adequação ás realidades locais, o currículo da educação física para o ensino fundamental está proposto e organizado em quatro blocos (1º e 2º; 3º ao 5º; 6º e 7º e 8º e 9º) referindo-se aos seguintes objetos de conhecimento em cada unidade temática:

JOGOS E BRICADEIRAS	ESPORTES	LUTAS	GINÁSTICA	DANÇA	PRÁTICA CORPORAIS DE AVENTURA
CONHECIMENTOS SOBRE O CORPO					

A BNCC (2017) reúne uma serie de características que descrevem cada unidade temática. A unidade temática **Brincadeiras e jogos**, que aparece do 1º ao 7º ano, descreve-se como sendo aquelas atividades voluntárias organizadas pelas crianças com determinados limites de tempo e espaço, com regras especificas (criadas e/ou alteradas), onde cada participante assume a responsabilidade de

cumprir o que foi acordado, como por exemplo, amarelinha, queimada, pega-pega. Nessa unidade temática são igualmente relevantes os jogos e as brincadeiras presentes na memória dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, oportunizando assim, o reconhecimento de seus valores e formas de viver de diferentes contextos ambientais e socioculturais brasileiro.

O esperado é que o aluno entenda a importância das brincadeiras e jogos para as culturas humanas, que valorize as atividades lúdicas como um verdadeiro patrimônio da humanidade. Nas vivencias proporcionadas, ele deverá ter a oportunidade de conhecer diversas expressões de jogos e brincadeiras regionais, nacionais e do mundo, valorizando e respeitando as diferenças entre as diversas práticas.

A unidade temática **Esportes** é caracterizada pela presença de regras formais e pelas comparações de desempenho entre indivíduos ou grupos que competem entre si (adversários). Essa unidade temática aparece ao longo de todo o ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano. Ainda sobre a unidade temática Esportes, a BNCC (2017) distribui as modalidades esportivas em categorias privilegiando as ações motoras intrínsecas, reunindo esportes que apresentam exigências motrizes semelhantes no desenvolvimento de suas práticas. Assim, são apresentadas sete categorias deesportes:

* Marca: conjunto de modalidades que se caracterizam por comparar os resultados registrados em segundos, metros ou quilos (patinação de velocidade, todas as provas do atletismo, remo, ciclismo, levantamento de peso etc.).

* Precisão: conjunto de modalidades que se caracterizam por arremessar/lançar um objeto, procurando acertar um alvo específico, estático ou em movimento,comparando-se o número de tentativas empreendidas,a pontuação estabelecida em cada tentativa (maior ou menor do que a do adversário) ou a proximidade do objeto arremessado ao alvo (mais perto ou mais longe do que o adversário conseguiu deixar), como nos seguintes casos: bocha, curling, golfe, tiro com arco, tiro esportivo etc.

* Técnico-combinatório: reúne modalidades nas quais o resultado da ação motora comparado é a qualidade do movimento segundo padrões técnicos-combinatórios (ginástica artística, ginástica rítmica, nado sincronizado, patinação artística, saltos ornamentais etc.)

* Campo e taco: categoria que reúne as modalidades que se caracterizam por rebater a bola lançada pelo adversário o mais longe possível, para tentar percorrer o maior número de vezes as bases ou a maior distância possível entre as bases, enquanto os defensores não recuperam o controle da bola, e, assim, somar pontos. (beisebol, críquete, softbol, etc.).

* Rede/quadra dividida ou parede de rebote: reúne modalidades que se caracterizam por arremessar, lançar ou rebater a bola em direção a setores da quadra adversária nos quais o rival seja incapaz de devolvê-la da mesma forma ou que leve o adversário a cometer um erro dentro do período de tempo em que o objeto do jogo está em movimento. Alguns exemplos de esportes de rede são (voleibol, vôlei de praia, tênis de campo, tênis de mesa, badminton e peteca). Já os esportes de parede incluem (pelota basca, raquetebol, squash, etc.)

* Campo e taco: categoria que reúne as modalidades que se caracterizam por rebater a bola lançada pelo adversário o mais longe possível, para tentar percorrer o maior número de vezes as bases ou a maior distância possível entre as bases, enquanto os defensores não recuperam o controle da bola e assim somar pontos (beisebol, críquete, softbol, etc.).

* Invasão ou territorial: conjunto de modalidades que se caracterizam por comparar a capacidade de uma equipe introduzir ou levar uma bola (ou outro objeto) a uma meta ou setor da quadra/campo defendida pelos adversários (gol, cesta, touchdown etc.), protegendo, simultaneamente, o próprio alvo, meta ou setor do campo (basquetebol, frisbee, futebol, futsal, futebol americano, handebol, hóquei sobre grama, polo aquático, rúgbi, etc.).

* Combate: reúne modalidades caracterizadas como disputas nas quais o oponente deve ser subjugado, com técnicas, táticas e estratégias de desequilíbrio, contusão, imobilização ou exclusão de um determinado espaço, por meio de combinações de ações de ataque e defesa (judô, boxe, esgrima, taekwondo, etc.).

Ao final do Ensino Fundamental o aluno deve estar preparado para identificar e caracterizar os esportes estudados, reconhecendo seus elementos comuns e suas transformações históricas. O respeito às regras, a valorização do trabalho coletivo e o protagonismo para solucionar desafios, também são habilidades que podem ser desenvolvidas nesse âmbito.

A unidade temática **Ginásticas** engloba as práticas de ginástica geral, de condicionamento físico e de conscientização corporal. A ginástica geral, também conhecida como ginástica para todos, tem como elemento organizador a exploração das possibilidades acrobáticas e expressivas no corpo, se encaixam aqui as de exercícios no solo, no ar, em aparelhos, de maneira individual ou coletiva e combinam um conjunto variado de piruetas, rolamentos, paradas de Mao, pontes, pirâmides humanas etc.

A ginástica de condicionamento físico reúne os exercícios corporais orientados à melhoria do rendimento, à aquisição e à manutenção da condição física ou à modificação da composição corporal. Podem ser orientas de acordo com uma população especifica como a ginástica para gestantes, ou atreladas a situações ambientais determinadas, como a ginástica laboral. A ginástica de conscientização corporal emprega as práticas com movimentos suaves e lentos, tal como a recorrência a posturas ou à conscientização de exercícios respiratórios voltados para o conhecimento do próprio corpo, como pilates,ioga, tai chi chuan.

Aparece ao longo de todo o ensino fundamental, do 1º ao 9º ano e o objetivo com essa temática é que o estudante saiba identificar os elementos da ginástica (equilíbrios, saltos, giros, rotações, acrobacias, etc). As vivências relacionadas às ginásticas devem dar ensejo à reflexão sobre as estruturas corporais e as potencialidades e limites individuais, bem como a promoção a saúde.

A unidade temática **Danças**, tematizadas do 1º ao 9º ano, trata das práticas corporais caracterizadas por movimentos rítmicos, com passos ou evoluções especificas, podendo ou não incluir coreografias. Têm um forte componente histórico, que permite identificar movimentos e ritmos musicais peculiares a cada uma delas. As habilidades relacionadas a essa unidade temática têm foco no respeito ás diferenças culturais, individuais e de desempenho. Também é importante que o estudante consiga identificar os elementos constitutivos das danças (gestos, espaços e ritmos) e que possa experimentar o maior número possível de práticas, valorizando o patrimônio cultural a que estão associadas – incluindo o patrimônio cultural brasileiro e as matrizes indígenas e africanas. Diferentes danças do contexto comunitário e regional (rodas, cantadas, brincadeiras rítmicas e expressivas) são objetos de conhecimento e recriá-las respeitando as diferenças individuais e de desempenho corporal é uma

possibilidade para o trabalho com os alunos. São exemplos de pratica que podem ser tematizadas, balé, funk, samba, coco, ciranda etc.

A unidade temática **Lutas**, reúne as disputas corporais, com emprego de técnicas e estratégias especificas para imobilizar, atingir, ou excluir, o oponente de um determinado espaço, por meio de ações de ataque e defesa. É esperado que o aluno experimente algumas lutas e seja capaz de identificar suas características, diferenciar lutas e brigas, refletir sobre o respeito aos colegas nas praticas de conato e sobre a importância de seguir as normas de segurança, para garantir o próprio bem-estar. Essa temática será abordada do 3 ao 9º ano e tem como exemplos as lutas brasileiras, entre elas a capoeira, huka-huka, luta marajoara bem como as lutas de diversos países do mundo como judô, aikido, jiu jitsu e etc.

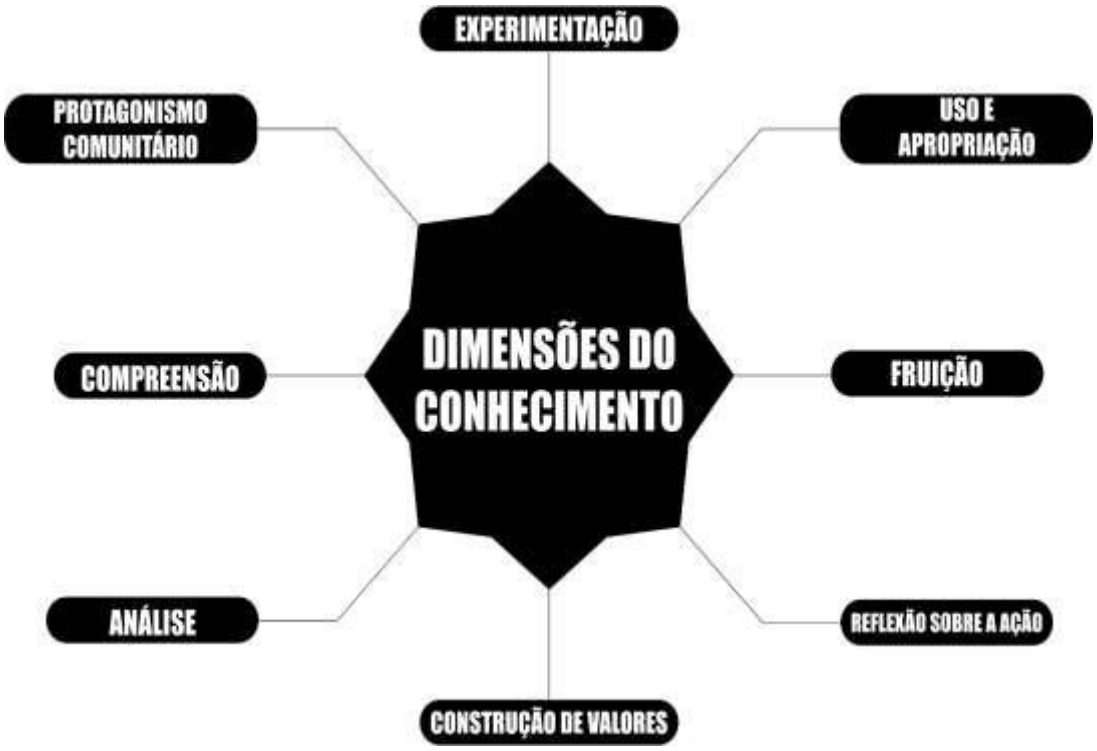
A unidade temática **Práticas Corporais de Aventura**, trata das formas de experimentação corporal em ambientes desafiadores para o praticante, seja na natureza, seja em espaços urbanos. Algumas dessas práticas costumam receber outras denominações, como esportes de risco, esportes alternativos e esportes externos. As habilidades relacionadas a essa temática têm foco na experimentação e nos cuidados com a integridade física e o respeito ao patrimônio público e natural. O estudante deve ser estimulado a propor alternativas para as práticas em diversos espaços, dentro e fora do ambiente escolar, além de ser capaz de identificar a origem e os tipos de práticas de aventura, bem como suas transformações históricas. A corrida orientada, corrida de aventura, rapel, tirolesa, arborismo, parkour, skate, patins, bike, são exemplos de práticas corporais de aventura.

Em todas as unidades temáticas, as práticas corporais podem ser objeto do trabalho pedagógico em qualquer etapa e modalidade de ensino. No entanto, alguns critérios de progressão do conhecimento devem ser atendidos, tais como os elementos específicos das diferentes práticas corporais, as características dos sujeitos e os contextos de atuação, sinalizando tendências de organização dos conhecimentos. Ainda que não tenham sido apresentadas como uma das práticas corporais organizadoras da Educação Física na BNCC, é importante sublinhar a necessidade e a pertinência dos estudantes do País terem a oportunidade de experimentar práticas corporais no meio líquido, dado seu inegável valor para a segurança pessoal e seu potencial de fruição durante o lazer.

Ressalta-se que as práticas corporais na escola devem ser reconstruídas com base em sua função social e suas possibilidades materiais. Isso significa dizer que as mesmas podem ser transformadas no interior da escola. Por exemplo, as práticas corporais de aventura devem ser adaptadas às condições da escola, ocorrendo de maneira simulada, tomando-se como referência o cenário de cada contexto escolar (BNCC, 2017).

A organização das unidades temáticas baseia-se na compreensão de que o caráter lúdico está presente em todas as práticas corporais, ainda que essa não seja finalidade da Educação Física na escola. Por essa razão, a delimitação das habilidades favorece as oito dimensões de conhecimento, expostas a seguir:

Figura 1: Dimensões do Conhecimento para Educação Física



Fonte: Adaptado da BNCC/2017

É importante frisar que não há uma hierarquia entre as dimensões do conhecimento, não seguindo uma ordem necessária para o desenvolvimento do trabalho e realização de estratégias no âmbito didático. Cada dimensão exige abordagens diferenciadas e graus de complexidade para que se tornem relevantes e significativas, levando em consideração as características dos conhecimentos e das experiências próprias da Educação Física, sendo fundamental que cada dimensão seja sempre abordada de modo integrado com as demais.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAAPRENDIZAGEM

No processo educativo, a avaliação deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo ensino-aprendizagem quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Muitos professores de Educação Física têm dificuldades de avaliar seus alunos e isso se dá pelos desafios que enfrentam em determinar critérios avaliativos, pois a avaliação escolar é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas, e sim, a uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias e esse processo de avaliação deve levar em consideração a faixa etária dos alunos e o grau de autonomia e discernimento que possuem.

A avaliação abordada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais apresenta divisões, assim como nos conteúdos, em dimensões atitudinais, procedimentais e conceituais e para o ensino da educação Física apresentam três focos principais de avaliação:

Realização das práticas - É preciso observar primeiro se o estudante respeita o companheiro, como lida com as próprias limitações (e as dos colegas) e como participa dentro do grupo cooperativamente. Em segundo lugar vem o saber fazer, o desempenho propriamente dito do aluno tanto nas atividades quanto na organização dasmesmas.

Valorização da cultura corporal de movimento - É importante avaliar não só se o educando valoriza e participa de jogos esportivos. Relevante também é seu interesse e sua participação em danças, brincadeiras e outras formas de atividade física que compõem a nossa cultura dentro e fora da escola.

Relação da Educação Física com saúde e qualidade de vida - É necessário verificar como crianças e jovens relacionam elementos da cultura corporal aprendidos nas práticas corporais com um conceito mais amplo, de qualidade de vida, quepodempermitir que os estudantes se sintam motivados a levarem esses conhecimentos para sua vida cotidiana.

No cotidiano escolar, a avaliação é parte do trabalho dos professores que tem por objetivo proporcionar-lhes subsídios para as decisões a serem tomadas a respeito do processo educativo que envolve professor e aluno no acesso ao conhecimento. Não há sentido em processos avaliativos que apenas constatam o que o aluno aprendeu ou não aprendeu e o fazem refém dessas constatações, tomadas como sentenças definitivas. Se a proposição curricular visa à formação de sujeitos que se apropriam do conhecimento para compreender as relações humanas em suas contradições e conflitos, então a ação pedagógica que se realiza em sala de aula precisa contribuir para essa formação continuada.

Por fim, destaca-se que a concepção de avaliação que permeia o currículo não pode ser uma escolha solitária do professor. A discussão sobre a avaliação deve envolver o coletivo da escola, para que todos (direção, equipe pedagógica, pais, alunos) assumam seus papéis e se concretize um trabalho pedagógico relevante para a formação dos alunos.

EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

No âmbito escolar, a prática de atividades físicas é considerada fundamental para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, e motor dos alunos, oportunizando também, um ambiente propício para desenvolver a coletividade, cooperação, socialização e o respeito entre eles, independentemente de qualquer limitação física. A cada dia a inclusão ganha mais espaço e as escolas devem proporcionar um ambiente mais adequado para atender aos alunos com necessidades especiais, e isto inclui recursos materiais, estrutura física, bem como oportunizar a formação adequada para o professor como um importante mediador do conhecimento.

As atividades físicas são de suma importância na inclusão de alunos que apresentam necessidades especiais, em turmas regulares. A educação inclusiva, no setor educacional, remete ao conceito de o que viria a ser o processo inclusivo e nesse processo a sociedade se adéqua para conseguir incluir. O professor neste contexto, é o principal mediador nas relações entre os alunos, é por meio da intervenção crítica e social do professor que os alunos podem ter uma nova visão sobre as diferenças entre os outros e entre si. (MARTINS, 2005). Nessa relação e nesse processo inclusivo a ruptura dos parâmetros discriminatórios pode ser alcançada por interferência do professor, pois essa forma de educação propõe grandes desafios de interação e sensibilidade, onde este deverá ser paciente, criativo e observador. Enquanto

educadores, ressaltamos a importância da conscientização, para que haja uma reflexão sobre o desenvolvimento e adaptações de suas aulas, observando sua importância para o processo de inclusão dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, estimulando sua integração no contexto escolar e na vida.

Educação Física Adaptada é uma área que está crescendo no ambiente inclusivo. Sassaki (1997) afirma que a inclusão deve ser de forma ampla e social, visando reduzir os problemas e equiparar as condições para todos. A falta de uma percepção mais humana social diante das deficiências ou das diferenças traz consigo uma visão taxativa a respeito das necessidades especiais. Toda inclusão, toda relação com o outro, parte de um momento de interação.

EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS INICIAS - 1º E 2º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Brincadeiras e jogos	(EF12EF01) Experimentar, fruir, recriar e utilizar diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais de desempenho doscolegas.	Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional: *Brincadeiras populares: que possibilitem construção de regras de convivência em grupo, uso de materiais e espaços compartilhados, brinquedos cantados. Ex: amarelinha, corrida dos números e letras, brincadeiras com cordas, duro-mole, coelho sai da toca, cabo de guerra, esconde-esconde, fui na Espanha, lagarta pintada. *Jogos de regras: que possibilitem a construção de regras de convivência em grupo, uso de materiais e espaços compartilhados. Ex: boliche, pular corda e variações, corrida de estafetas. *Jogos cooperativos: Jogos de bola, com objetos de armar e encaixar, cujo conteúdo implique reconhecimento das propriedades externas dos materiais / objetos para jogar, sejam eles do ambiente natural ou construídos pelo homem. Jogos cujo conteúdo implique o reconhecimento de si mesmo e das próprias possibilidades de ação. *Reflexão sobre regras, normas de convivência (Temas Transversais, Ética, Pluralidade Cultural e Cidadania).
	(EF12EF02) Explicar, por meio de múltiplas linguagens (corporal, visual, oral e escrita), as brincadeiras e os jogos populares do contexto comunitário e regional, reconhecendo e valorizando a importância desses jogos e brincadeiras para suas culturas de origem.	
	(EF12EF03) Planejar e utilizar estratégias para resolver desafios de brincadeiras e jogos populares do contexto comunitário e regional, com base no reconhecimento das características dessas práticas.	
	(EF12EF04) Colaborar na proposição e na produção de alternativas para a prática, em outros momentos e espaços, de brincadeiras e jogos e demais práticas corporais tematizadas na escola, produzindo textos (orais, escritos, audiovisuais) para divulgá-las na escola e na comunidade.	

EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS INICIAS - 1º E 2º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Brincadeiras e jogos	(EF12EF04.01PI) Explorar diferentes materiais (próprio corpo, elementos da natureza, brinquedos materiais de sucata, objetos escolares etc.) na descoberta dos atributos de cada um, explorando as noções espaciais em relação ao próprio corpo e objetos entre si;	Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional: *Brincadeiras populares: que possibilitem construção de regras de convivência em grupo, uso de materiais e espaços compartilhados, brinquedos cantados. Ex: amarelinha, corrida dos números e letras, brincadeiras com cordas, duro-mole, coelho sai da toca, cabo de guerra, esconde-esconde, fui na Espanha, lagarta pintada. *Jogos de regras: que possibilitem a construção de regras de convivência em grupo, uso de materiais e espaços compartilhados. Ex: boliche, pular corda e variações, corrida de estafetas. *Jogos cooperativos: Jogos de bola, com objetos de armar e encaixar, cujo conteúdo implique reconhecimento das propriedades externas dos materiais / objetos para jogar, sejam eles do ambiente natural ou construídos pelo homem. Jogos cujo conteúdo implique o reconhecimento de si mesmo e das próprias possibilidades de ação. *Reflexão sobre regras, normas de convivência (Temas Transversais, Ética, Pluralidade Cultural e Cidadania).
	(EF12EF04.02PI) Valorizar os jogos recreativos e as brincadeiras populares como forma de lazer e integração social, cooperando com os colegas nas situações de aprendizagem, respeitando limites e possibilidades de cada um.	

EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS INICIAS - 1º E 2º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Esportes	(EF12EF05) Experimentar e fruir, prezando pelo trabalho coletivo e pelo protagonismo, a prática de esportes de marca e de precisão, identificando os elementos comuns a esses esportes.	**Esportes de marca** *Corridas com objetivos lúdicos e criativos (individuais, em cooperação com revezamento e com pequenos obstáculos). *Saltos com objetivos lúdicos e criativos (em distância, com obstáculos e em altura) *Arremessos e lançamentos com objetivos lúdicos e criativos (com diferentes objetos que não oferecem risco aos praticantes na execução) *Circuito lúdicos envolvendo corridas, arremessos e saltos. **Esportes de Precisão** *Boliche com variações; *Tiro ao alvo com práticas de arremessos de bola com objetos com variação de tamanho e diferentes distâncias do alvo; *Bolas de gude (bila); *Vivência de repertório e referências culturais dos gêneros envolvidos – (Temas Transversais: Ética e Cidadania).
	(EF12EF06) Discutir e entender a importância da observação das normas e das regras básicas dos esportes de marca e de precisão para assegurar a integridade própria e as dos demais participantes.	
	(EF12EF06.01PI) Experimentar e fruir as atividades esportivas interagindo cooperativamente com os companheiros do grupo, visando adquirir noções de fundamentos dos diferentes esportes.	
	(EF12EF06.02PI) Expressar a importância da cooperação e do respeito para a participação em atividades coletivas e individuais;	
	(EF12EF06.03PI) Observar e utilizar procedimentos básicos para organizar esportes lúdicos, reconhecendo as práticas como um modo de usufruir o tempo disponível;	
	(EF12EF06.04PI) Vivenciar e perceber as capacidades físicas e habilidades motoras presentes nas atividades esportivas lúdicas explorando as noções espaciais em relação ao próprio corpo e objetos entre si.	

EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS INICIAS - 1º E 2º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Ginásticas	(EF12EF07) Experimentar, fruir e identificar diferentes elementos básicos da ginástica (equilíbrios, saltos, giros, rotações, acrobacias, com e sem materiais) e da ginástica geral, de forma individual e em pequenos grupos, adotando procedimentos desegurança.	Ginástica Geral *Formas de ginástica que envolvam as habilidades básicas: * Locomotoras (rastejar, engatinhar, andar, correr, saltar, saltitar, rolar, saltar no mesmo pé, galopar); * Manipulativas (alcançar, agarrar, soltar, empurrar, carregar, suspender, arrastar, arremessar, passar e receber, rebater, chutar, etc.); * De estabilidade (estar de pé, estar sentado, girar os braços, girar o tronco, parada de mãos, rolamento, equilíbrio num só pé, flexionar, estender). * Ginástica e suas formas básicas. (Salto, equilíbrio, subir, embalar e girar/rolar.) Produção de coreografias com movimentos básicos da ginástica geral.
	(EF12EF08) Planejar e utilizar estratégias para a execução de diferentes elementos básicos da ginástica geral.	
	(EF12EF09) Participar da ginástica geral, identificando as potencialidades e os limites do corpo, e respeitando as diferenças individuais e de desempenho corporal.	
	(EF12EF10) Descrever, por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, e scrita e audiovisual), as características dos elementos básicos da ginástica e da ginástica geral, identificando a presença desses elementos em distintas práticas corporais.	
	(EF12EF10.01PI) Aplicar formas de auxílio e segurança aos colegas durante as execuções dos elementos básicos da ginástica.	
	(EF12EF10.02PI) Explorar as noções espaciais em relação ao próprio corpo e objetos entre si vivenciando as capacidades físicas e habilidades motoras presentes na ginástica.	

EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS INICIAS - 1º E 2º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Danças	(EF12EF11) Experimentar e fruir diferentes danças do contexto comunitário e regional (rodas cantadas, brincadeiras rítmicas e expressivas), e recriá-las, respeitando as diferenças individuais e de desempenho corporal.	**Danças do contexto comunitário e regional.** • Marchas ritmadas em situações que integrem músicas, canções e movimentos corporais/ danças regionaisetc; • Qualidade de movimentos rítmicos - Leve / pesado - Forte / fraco - Rápido / lento • Marchas ritmadas e exercícios de equilíbrio (com fundo musical): - Saltar - Correr - Equilibrar - Rolar/girar - Balançar/embalaretc. • Coreografias associadas ao brinquedo cantado. Produção de coreografia característica das manifestações rítmicas das regiões do estado do Piaui.
	(EF12EF12) Identificar os elementos constitutivos (ritmo, espaço, gestos) das danças do contexto comunitário e regional, valorizando e respeitando as manifestações de diferentes culturas.	
	(EF 12 EF 12 . 01 PI) Perceber e interagir com as estruturas rítmicas para expressar-se corporalmente, por meio da dança, cooperando com os demais colegas em situações de aprendizagem, apropriando-se dos princípios básicos para construção de desenhos coreográficos.	
	(EF12EF12.02PI) Demonstrar a criatividade em diversificar a dinâmica das ações motoras através de novas formas de composição rítmica e de movimentação corporal	

EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS INICIAS - 3º ao 5º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Brincadeiras e jogos	(EF35EF01) Experimentar e fruir brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e recriá-los, valorizando a importância desse patrimônio histórico cultural.	**• Brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo.** **• Brincadeiras e jogos de matriz indígena e africana:** * Brinquedos cantados: das tradições indígena e africana; * Jogos em equipe que impliquem as práticas de correr, saltar e arremessar/lançar; * Jogos (construção de regras e uso). **• Brincadeiras de rua;** **• Jogos com ações básicas de locomoção, manipulação e estabilização:** - correr, - saltar, - saltitar, - arremessar, - passar, - receber, - rebater, - amortecer, - rolar, - girar, - apoios invertidos. **• Jogos que envolvam:** - lateralidade e direcionalidade; - coordenação viso-motora, - atenção, - ritmo, - movimentos amplos, - coordenação bimanual. **• Jogos e brincadeiras com vivência de prática que favoreçam a autonomia:** - Para monitorar as próprias atividades, regulando o esforço, distinguindo situações de trabalho corporal que podem ser prejudiciais ao desenvolvimento físico.
	(EF35EF02) Planejar e utilizar estratégias para possibilitar a participação segura de todos os alunos em brincadeiras e jogos populares do Brasil e de matriz indígena e africana.	
	(EF35EF03) Descrever, por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita, audiovisual), as brincadeiras e os jogos populares do Brasil e de matriz indígena e africana, explicando suas características e a importância desse patrimônio histórico cultural na preservação das diferentes culturas.	
	(EF35EF04) Recriar, individual e coletivamente, e experimentar, na escola e fora dela, brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e demais práticas corporais tematizadas na escola, adequando-as aos espaços públicos disponíveis.	
	(EF35EF04.01PI) Experimentar e valorizar as diferentes manifestações da cultura corporal sem discriminação nem preconceito, valorizando e participando delas.	
	(EF35EF04.02PI) Utilizar procedimentos básicos para organizar jogos e brincadeiras, reconhecendo essas práticas como um modo de usufruir o tempo disponível.	
	(EF35EF04.03PI) Compreender e praticar os jogos e brincadeiras da cultura local, das diferentes regiões brasileiras e de outros países.	

EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS INICIAS - 3º ao 5º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Esportes	(EF35EF05) Experimentar e fruir diversos tipos de esportes de campo e taco, rede/parede e invasão, identificando seus elementos comuns e criando estratégias individuais e coletivas básicas para sua execução, prezando pelo trabalho coletivo e pelo protagonismo.	• **Esportes de campo e taco** : Atividades educativas individuais e coletivas que envolvam a ludicidades dos esportes como beisebol, críquete, softbol, entre outros. • **Esportes de rede/parede**: Atividades educativas individuais e coletivas que envolvam a ludicidades dos esportes como voleibol, badminton, tênis de mesa, ping-pong, frescobol, peteca entre outros. • **Esportes de invasão**: Atividades educativas individuais e coletivas que envolvam a ludicidades dos esportes como futebol, futsal, handebol entreoutros. **Construção progressiva da noção de regra (tematransversal: Ética e Cidadania)** * Competição; * Colaboração; * Oposição; * Vitória, derrota, empate.
	(EF35EF06) Diferenciar os conceitos de jogo e esporte, identificando as características que os constituem na contemporaneidade e suas manifestações (profissional e comunitária/lazer).	
	(EF35EF06.01PI) Identificar as características básicas dos esportes de rendimento e do esporte educacional.	
	(EF35EF06.02PI) Vivenciar e reconhecer as habilidades básicas técnicas e táticas (individuais e coletivas) que compõem as modalidades esportivas de invasão, reconhecendo a importância da cooperação para a participação no esporte coletivo identificando valores e seguir regras nas várias situações de jogo	
	(EF35EF06.03PI) Participar em atividades desportivas de competições coletivas e individuais, compreendendo e vivenciando os aspectos relacionados a repetições e a qualidade de movimentos nas aprendizagens no gesto esportivo.	
	(EF35EF06.04PI) Experimentar e fruir situações que gerem necessidades de aplicar as respostas individuais e coletivas do grupo (tática coletiva), demonstrando as capacidades físicas e motoras por meio de prática de esportes individuais e coletivos.	
	(EF35EF06.05PI) Selecionar e combinar as habilidades locomotoras e manipulativas ao criar e participar das atividades desportivas desenvolvendo consciência espacial e temporal na execução	

EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS INICIAS - 3º ao 5º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Ginásticas	(EF35EF07) Experimentar e fruir, de forma coletiva, combinações de diferentes elementos da ginástica geral (equilíbrios, saltos, giros, rotações, acrobacias, com e sem materiais), propondo coreografias com diferentes temas do cotidiano. (EF35EF08) Planejar e utilizar estratégias para resolver desafios na execução de elementos básicos de apresentações coletivas de ginástica geral, reconhecendo as potencialidades e os limites do corpo e adotando procedimentos de segurança individual e coletivamente. (EF35EF08.01PI) Planejar e participar de atividades corporais, equilibradas e construtivas com os colegas, respeitando as características físicas e o desempenho de cada um.	• **Ginástica geral** * Formas de ginásticas que impliquem as próprias possibilidades de saltar, equilibrar, balançar e girar em situações de desafios propostos por meio de organização motivadora de materiais ginásticos, formais ou alternativos. * Formas ginásticas coletivas em que se combinem e promovam a avaliação individual e coletiva, evidenciando o significado dessas habilidades na vida do aluno.
Danças	(EF35EF09) Experimentar, recriar e fruir danças populares do Brasil e do mundo e danças de matriz indígena e africana, valorizando e respeitando os diferentes sentidos e significados dessas danças em suas culturas de origem. (EF35EF10) Comparar e identificar os elementos constitutivos comuns e diferentes (ritmo, espaço, gestos) em danças populares do Brasil e do mundo e danças de matriz indígena e africana. (EF35EF11) Formular e utilizar estratégias para a execução de elementos constitutivos das danças populares do Brasil e do mundo, e das danças de matriz indígena e africana. (EF35EF12) Identificar situações de injustiça e preconceito geradas e/ou presentes no contexto das danças e demais práticas corporais e discutir alternativas para superá-las.	• **Danças do Brasil e do mundo** Noções de danças brasileiras (estilos: formas e uso). Pagode, samba, Baião, Quadrilha, forró, afro-brasileira e indígenas etc. • **Danças de matriz indígena e africana** Elementos estruturantes da dança: -Movimento; -Espaço; -Tempo. -Produção de coreografia característica das manifestações rítmicas indígenas e africanas.

EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS INICIAS - 3º ao 5º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Lutas	(EF35EF13) Experimentar, fruir e recriar diferentes lutas presentes no contexto comunitário e regional e lutas de matriz indígena e africana.	• Lutas do contexto comunitário e regional; • Lutas de matriz indígena e africana: - Capoeira: Movimentos de floreio: aú, macaco, bananeira, queda de rim. - Roda: aspectos teóricos. Histórico dos instrumentos básicos da capoeira.
	(EF35EF14) Planejar e utilizar estratégias básicas das lutas do contexto comunitário e regional e lutas de matriz indígena e africana experimentadas, respeitando o colega como oponente e as normas de segurança.	
	(EF35EF15) Identificar as características das lutas do contexto comunitário e regional e lutas de matriz indígena e africana, reconhecendo as diferenças entre lutas e brigas e entre lutas e as demais práticas corporais, percebendo assim que as lutas também podem apresentar caráter formativo e não só competitivo.	

EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS FINAIS - 6º E 7º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Brincadeiras e jogos	(EF67EF01) Experimentar e fruir, na escola e fora dela, jogos eletrônicos diversos, valorizando e respeitando os sentidos e significados atribuídos a eles por diferentes grupos sociais e etários.	• Jogos eletrônicos • História dos jogos eletrônicos e sua evolução. • Aplicação dos jogos eletrônicos no contexto escolar. • Jogos coperativos • Jogos eletrônicos com ênfase na cooperação. • Jogos competitivos (motores e de raciocínio) • Jogos eletrônicos com ênfase na competição e raciocinio lógico.
	(EF67EF02) Identificar as transformações nas características dos jogos eletrônicos em função dos avanços das tecnologias e nas respectivas exigências corporais colocadas por esses diferentes tipos de jogos.	
	(EF67EF02.01PI)Relacionar teoria e prática nos jogos eletrônicos e manuais de tabuleiro (dama, xadrez, ludo e outros).	

EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS FINAIS - 6º E 7º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Brincadeiras e jogos	(EF67EF02.02PI)Compreender os jogos eletrônicos cooperativos, motores e de raciocínio com maior complexidade, possibilitando a participação dos colegas na construção de estratégias e busca de soluções.	• Jogos eletrônicos • História dos jogos eletrônicos e sua evolução. • Aplicação dos jogos eletrônicos no contexto escolar. • Jogos coperativos • Jogos eletrônicos com ênfase na cooperação. • Jogos competitivos (motores e de raciocínio) • Jogos eletrônicos com ênfase na competição e raciocinio lógico.
	(EF67EF02.03PI)Reconhecer e valorizar os jogos e brincadeiras populares como patrimônio cultural de uma região respeitando origem e prática, utilizando criatividade para construção de regras e relacionando com os jogos eletrônicos existentes.	
	(EF67EF02.04PI)Organizar e praticar jogos eletrônicos que envolvam atividades corporais, valorizando-as como recurso para usufruto do tempo disponível.	
Esportes	(EF67EF03) Experimentar e fruir esportes de marca, precisão, invasão e técnico-combinatórios, valorizando o trabalho individual, coletivo e o protagonismo.	*** Esportes de marca:** História e fundamentos de esportes de marca; Atletismo: corridas, saltos, arremessos e lançamentos. *** Esportes de precisão:** História e fundamentos do esporte de precisão: boliche, Golf e Tiro Esportivo. *** Esportes de invasão:** História e fundamentos de esportes de invasão: Futsal/futebol ,handebol e basquetebol. **Esporte técnico-combinatórios:** História e fundamentos das Ginásticas competitivas: Ginástica artística, Ginástica Rítmica, Ginástica Acrobática e Ginástica de Trampolim. Vivência de variados papéis no contexto esportivo (defesa, ataque, juiz, goleiro, técnico etc.).
	EF67EF04) Praticar um ou mais esportes de marca, precisão, invasão e técnico-combinatórios oferecidos pela escola, usando habilidades técnico-táticas básicas e respeitando regras.	
	(EF67EF05) Planejar e utilizar estratégias para solucionar os desafios técnicos e táticos, tanto nos esportes de marca, precisão, invasão e técnico-combinatórios como nas modalidades esportivas escolhidas para praticar de forma especifica.	
	(EF67EF06) Analisar as transformações na organização e na prática dos esportes em suas diferentes manifestações (profissional ecomunitário/lazer).	
	(EF67EF07) Propor e produzir alternativas adaptadas a realidade para experimentação dos esportes não disponíveis e/ou acessíveis na comunidade e das demais práticas corporais tematizadas na escola.	

EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS FINAIS - 6º E 7º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Esportes	(EF67EF07.01PI) Selecionar e executar atividades apropriadas para aquecimento e relaxamento como preparação para as atividades desportivas.	*** Esportes de marca:** História e fundamentos de esportes de marca; Atletismo: corridas, saltos, arremessos e lançamentos. *** Esportes de precisão:** História e fundamentos do esporte de precisão: boliche, Golf e Tiro Esportivo. *** Esportes de invasão:** História e fundamentos de esportes de invasão: Futsal/futebol ,handebol e basquetebol. **Esportes técnico-combinatórios:** História e fundamentos das Ginásticas competitivas: Ginástica artística, Ginástica Rítmica, Ginástica Acrobática e Ginástica de Trampolim. Vivência de variados papéis no contexto esportivo (defesa, ataque, juiz, goleiro, técnico etc.).
	(EF67EF07.02PI) Explicar e demonstrar estratégias defensivas e ofensivas básicas nos desportos por meio ações técnicas e táticas em situações de jogo.	
	(EF67EF07.03PI) Pesquisar e discutir questões históricas dos esportes, como sua origem, sua evolução e seu contexto atual	
	(EF67EF07.04PI) Compreender os rudimentos da história, regras e técnicas das manifestações de lutas vivenciando de forma adaptada a modalidade em questão.	
	(EF67EF07.05PI) Coordenar e executar diferentes movimentos desenvolvendo a percepção do próprio corpo em relação ao tempo e ao espaço;	
	(EF67EF07.06PI) Aprender através das atividades vivenciadas os fundamentos básicos dos esportes com possíveis adaptações as regras de acordo com suas necessidades.	

EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS FINAIS - 6º E 7º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Ginásticas	(EF67EF08) Experimentar e fruir exercícios físicos que solicitem diferentes capacidades físicas, identificando seus tipos (força, velocidade, resistência, flexibilidade) e as sensações corporais provocadas pela sua prática.	**Ginástica** * Histórico da ginástica. * Definição, característica e classificação: - Ginástica natural; - Ginástica formativa. * Qualidades físicas: - Resistência aeróbica, força, velocidade eflexibilidade. **Ginástica de condicionamento físico** * Ginástica de preparação e aperfeiçoamento para esportes, lutas e danças. * Ginástica Geral praticada em espaços abertos com objetivos salutares e estéticos.
	(EF67EF09) Construir, coletivamente, procedimentos e normas de convívio que viabilizem a participação de todos na prática de exercícios físicos, com o objetivo de promover a saúde.	
	(EF67EF10) Analisar e diferenciar exercício físico de atividade física e propor alternativas para a prática de exercícios físicos dentro e fora do ambiente escolar.	
	(EF67EF10.01PI) Responsabilizar-se pelo desenvolvimento e manutenção das capacidades físicas, demonstrando disposição favorável para a superação de limitações pessoais.	
	(EF67EF10.02PI) Experimentar e analisar os aspectos relacionados ao movimento do gesto ginástico a partir das formas de ginástica relacionadas aos diferentes contextos sociais de execução prática.	
	(EF67EF10.03PI) Compreender as alterações corporais individualmente e em grupos, considerando as noções de esforço, intensidade e frequência por meio de planejamento e sistematização de suas práticas.	

EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS FINAIS - 6º E 7º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Danças	(EF67EF11) Experimentar, fruir e recriar danças urbanas, identificando seus elementos constitutivos (ritmo, espaço, gestos),percebendo quais dessas danças estão presentes ou não em nosso convívio.	*** Danças** -Histórico; -Diferenciação dos estilos de dança -Tipos de músicas. -Percepção de ritmo pessoal e grupal *** Danças urbanas (Danças de rua)** -Origem; -Elementos constitutivos da dança; - Produção de coreografia característica das culturais das danças urbanas(hip-hop, funk, breaking, popping, locking e etc).
	(EF67EF12) Planejar e utilizar estratégias para aprender elementos constitutivos das danças urbanas, a plicando esses elementos em processos de criação.	
	EF67EF13) Diferenciar as danças urbanas das demais manifestações da dança, valorizando e respeitando os sentidos e significados atribuídos a eles por diferentes grupos sociais.	
	(EF67EF13.01PI) Expressar e interagir de modo rítmico a partir do equilíbrio entre a instrumentalização e a liberação dos gestos espontâneos, da percepção do seu ritmo e do ritmo grupal.	
	(EF67EF13.02PI) Conhecer e apreciar a história das danças estudadas identificando suas características e analisando as possibilidades de movimentos dos diferentes segmentos do corpo na realização da dança.	

EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS FINAIS - 6º E 7º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Lutas	(EF67EF14) Experimentar, fruir e recriar diferentes lutas do Brasil, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais.	*** Lutas do Brasil** -Histórico de lutas; -Características; -Valores ideológicos; -Lutas brasileiras: uca-uca (indígena) e capoeira. -Movimentos de deslocamento, giro, saltos, guardas, esquivas de braços e pernas.
	(EF67EF15) Planejar e utilizar estratégias básicas das lutas do Brasil, respeitando o colega como oponente.	
	(EF67EF16) Identificar as características (códigos, rituais, elementos técnico-táticos, indumentária, materiais, instalações, instituições) das lutas do Brasil.	
	(EF67EF17) Problematizar preconceitos e estereótipos relacionados ao universo das lutas e demais práticas corporais, propondo alternativas para superá-los, com base na solidariedade, na justiça, na equidade e no respeito.	
	(EF67EF17.01PI) Discutir a origem da capoeira pontuando os fatores que demonstram que ela é uma manifestação genuinamente brasileira.	
Práticas corporais de aventura urbanas	(EF67EF18) Experimentar e fruir diferentes práticas corporais de aventura urbanas, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais.	*** Práticas corporais de aventura urbanas** - História; - Modalidades(ex.: rapel, parkour, skate, patins, bikeetc); - Regras - Noções básicas de primeiros socorros.
	(EF67EF19) Identificar os riscos durante a realização de práticas corporais de aventura urbanas e planejar estratégias para sua superação´, levando em consideração a segurança necessária para suas aplicações.	
	(EF67EF20) Planejar e executar práticas corporais de aventura urbanas, respeitando o patrimônio público e utilizando alternativas para a prática segura em diversos espaços.	

EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS FINAIS - 6º E 7º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Práticas corporais de aventura urbanas	(EF67EF21) Identificar a origem das práticas corporais de aventura e as possibilidades de recriá-las, reconhecendo as características (instrumentos, equipamentos de segurança, indumentária, organização) e seus tipos de práticas.	*** Práticas corporais de aventura urbanas** - História; - Modalidades(ex.: rapel, parkour, skate, patins, bikeetc); - Regras - Noções básicas de primeiros socorros.
	(EF67EF21.01PI) Conhecer as noções básicas de primeiros socorros em situações de risco, preservando a sua integridade física e dos demais.	

EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS FINAIS - 8º E 9º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Esportes	(EF89EF01) Experimentar diferentes papéis (jogador, árbitro e técnico) e fruir os esportes de rede/parede, campo e taco, invasão e combate, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.	*** Esportes de rede/parede:** -Voleibol e badminton: fundamentos técnicos e táticos Regras básicas e vivências práticas. · Esportes de campo e taco: -Beisebol, críquete, softbol: fundamentos técnicos e táticos Regras básicas e vivências práticas. *** Esportes de invasão:** Futebol, futsal, Handebol, basquetebol: Aprofundamento dos fundamentos técnicos e táticos Regras básicas e vivências práticas. *** Esportes de combate:** Muay tae, judô e boxe (técnicas e táticas com combinações de ataque e defesa) e vivências práticas. *** O papel do esporte na formação humana: doping, corrupção, violência** *** História e evolução dos eventos esportivos nacionais e internacionais**
	(EF89 EF02) Praticar um ou mais esportes de rede/parede, campo e taco, invasão e combate oferecidos pela escola, usando habilidades técnico-táticas básicas.	
	(EF89EF03) Formular e utilizar estratégias para solucionar os desafios técnicos e táticos, tanto nos esportes de campo e taco, rede/parede, invasão e combate como nas modalidades esportivas escolhidas para praticar de forma especifica.	
	(EF89EF04) Identificar os elementos técnicos ou técnico-táticos individuais, combinações táticas, sistemas de jogo e regras das modalidades esportivas praticadas, bem como diferenciar as modalidades esportivas com base nos critérios da lógica interna das categorias de esporte: rede/parede, campo e taco, invasão e combate.	

EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS FINAIS - 8º E 9º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Esportes	(EF89EF05) Identificar as transformações históricas do fenômeno esportivo e discutir alguns de seus problemas (doping, corrupção, violência etc.) e a forma como as mídias os apresentam.	*** Esportes de rede/parede:** - Voleibol e badminton: fundamentos técnicos e táticos Regras básicas e vivências práticas. · Esportes de campo e taco: -Beisebol, críquete, softbol: fundamentos técnicos e táticos Regras básicas e vivências práticas. *** Esportes de invasão:** Futebol, futsal, Handebol, basquetebol: Aprofundamento dos fundamentos técnicos e táticos Regras básicas e vivências práticas. *** Esportes de combate:** Muay tae, judô e boxe (técnicas e táticas com combinações de ataque e defesa) e vivências práticas. *** O papel do esporte na formação humana: doping, corrupção, violência** *** História e evolução dos eventos esportivos nacionais e internacionais**
	(EF89EF06) Verificar locais disponíveis na comunidade para a prática de esportes e das demais práticas corporais tematizadas na escola, propondo e produzindo alternativas para utilizá-los no tempo livre.	
	(EF89EF06.01PI) Reconhecer a importância da cooperação para a participação no esporte coletivo demonstrando nas estratégias defensivas e ofensivas básicas nas situações de jogo.	
	(EF89EF06.02PI) Conhecer a organização dos eventos esportivos de nível nacional e internacional.	
Ginásticas	(EF89EF07) Experimentar e fruir um ou mais programas de exercícios físicos, identificando as exigências corporais desses diferentes programas e reconhecendo a importância de uma prática individualizada, adequada às características e necessidades de cada sujeito.	*** Ginástica de condicionamento físico** - Ginástica de academia - Fundamentos teóricos e práticos; (Alongamento, step, jump, ginástica aeróbica, ginástica localizada etc...) *** Ginástica de conscientização corporal** - Ginástica Médica ou cinesioterapia Fundamentos teóricos e práticos; (Ginástica laboral, pillates, Ginástica corretiva, RPG (Reeducação Postural Global).
	(EF89EF08) Discutir as transformações históricas dos padrões de desempenho, saúde e beleza, considerando a forma como são apresentados nos diferentes meios (científico, midiático etc.).	

EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS FINAIS - 8º E 9º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Ginásticas	(EF89EF09) Problematizar a prática excessiva de exercícios físicos e o uso de medicamentos para a ampliação do rendimento ou potencialização das transformações corporais.	*** Ginástica de condicionamento físico** - Ginástica de academia - Fundamentos teóricos e práticos; (Alongamento, step, jump, ginástica aeróbica, ginástica localizada etc...) *** Ginástica de conscientização corporal** - Ginástica Médica ou cinesioterapia Fundamentos teóricos e práticos; (Ginástica laboral, pillates, Ginástica corretiva, RPG (Reeducação Postural Global).
	(EF89EF10) Experimentar e fruir um ou mais tipos de ginástica de conscientização corporal, identificando as exigências corporais dos mesmos.	
	(EF89EF11) Identificar as diferenças e semelhanças entre a ginástica de conscientização corporal e as de condicionamento físico e discutir como a prática de cada uma dessas manifestações pode contribuir para a melhoria das condições de vida, saúde, bem-estar e cuidado consigo mesmo.	
Danças	(EF89EF12) Experimentar, fruir e recriar danças de salão, valorizando a diversidade cultural e respeitando a tradição dessas culturas.	*** Danças de salão** - Origem; - Classificação: . Danças de salão latinas; . Danças de salão clássicas; - Fundamentos teóricos e prático -Tipos de passos e deslocamentos; -Produção de coreografia característica das danças clássicas (Bolero, Tango, Zouk, Salsa, Lambada, Samba de gafieira, Forró, Vanerão (dança gaúcha), Soltinho).
	(EF89EF13) Planejar e utilizar estratégias para se apropriar dos elementos constitutivos (ritmo, espaço gestos) das danças de salão.	
	(EF89EF14) Discutir estereótipos e preconceitos relativos às danças de salão e demais práticas corporais e propor alternativas para sua superação.	
	(EF89EF15) Analisar as características (ritmos, gestos, coreografias e músicas) das danças de salão, bem como suas transformações históricas e os grupos de origem.	

EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS FINAIS - 8º E 9º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Lutas	(EF89EF16) Experimentar e fruir a execução dos movimentos pertencentes às lutas do mundo, adotando procedimentos de segurança e respeitando o oponente.	**Lutas do Mundo** -Lutas orientais (judô, karatê, aikido, kung fu, sumô, taekwondo, muaythai entre outros); - Histórico (objetivos e principais características); - Localização de criação, expansão pelo mundo e pelo Brasil; - Transformações ao longo do tempo; - Filosofia (significados culturais); - Principais elementos técnicos e táticos. -Lutas e problemas sociais (violência, consumismo, uso de substâncias químicas, idolatria pelo corpo, preconceito, entre outros)
	(EF89EF17) Planejar e utilizar estratégias básicas das lutas experimentadas, reconhecendo as suas características técnico-táticas.	
	(EF89EF18) Discutir as transformações históricas, o processo de esportivização e a midiatização de uma ou mais lutas, valorizando e respeitando as culturas de origem.	
	(EF89EF18.01PI) Identificar e rejeitar os aspectos negativos em relação às lutas reconhecendo as características das lutas apresentadas.	
	(EF89EF18.02PI) Reconhecer e utilizar como características das lutas princípios éticos, como respeito, disciplina, autonomia, solidariedade, honestidade, justiça, entre outros.	
	(EF89EF18.03PI) Conhecer e apreciar a história das lutas orientais trabalhadas, relacionando-as com a história dos locais e época de sua criação e compreendendo os elementos histórico-culturais de associação das lutas a problemas sociais.	
	(EF89EF18.04PI) Reconhecer e utilizar como característica das lutas princípios éticos, como respeito, disciplina, autonomia, solidariedade, honestidade, justiça, entre outros, transpondo estes princípios para situações cotidianas.	

EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS FINAIS - 8º E 9º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	**HABILIDADES**	**OBJETOS DE CONHECIMENTO**
Práticas Corporais de Aventura na Natureza	(EF89EF19) Experimentar e fruir diferentes práticas corporais de aventura na natureza, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais, respeitando o patrimônio natural e minimizando os impactos de degradação ambiental.	**Práticas corporais de aventura na natureza** - Características; -Modalidades (corridas de aventura, mountainbike, rapel, tirolesa, arborismo, Cicloturismo etc). - Lesões associadas às práticas corporais de aventura.
	(EF89EF20) Identificar riscos, formular estratégias e observar normas de segurança para superar os desafios na realização de práticas corporais de aventura na natureza.	
	(EF89EF21) Identificar as características (equipamentos de segurança, instrumentos, indumentária, organização) das práticas corporais de aventura na natureza, bem como suas transformações históricas.	
	(EF89EF21.01PI) Conhecer e diferenciar as lesões associadas às práticas corporais de aventura na natureza.	